

JORNAL OFICIAL



MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES

INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 132 DE 18 DE ABRIL DE 2006 - ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 412 DE 11 DE JUNHO DE 2018
ADMINISTRAÇÃO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR CARLOS AUGUSTO DE PAIVA - PREFEITO MUNICIPAL

Ano XIX – Edição Nº 2.217– Quinta-feira, 25 de julho de 2024

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO.....	2
GABINETE DO PREFEITO.....	2
ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES/RN.....	2
COMISSÃO DE LICITAÇÃO.....	74
CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO DO EXTRATO DA DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 2024.07.03.0001ININ.....	74
TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONECIMENTO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.....	74
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.03.0001ININ.....	74
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.03.0001.001.....	75
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.08.0002.001.....	75
COMISSÃO DE LICITAÇÃO.....	75
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0001IN.....	76
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0001.001.....	76
TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONECIMENTO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.....	77
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0002IN.....	77
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0002.001.....	77
TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONECIMENTO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.....	78
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0003IN.....	78
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0003.001.....	78
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 2024.07.18.0005DL.....	79
EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO.....	79
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0005DL.....	80
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0005.001.....	80
PODER LEGISLATIVO.....	80
Sem matéria para esta edição.....	80
PUBLICAÇÕES A PEDIDO.....	80
SERVIÇO NOTARIA E REGISTRAL DA COMARCA DE LUÍS GOMES.....	80
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS.....	80
EXPEDIENTE.....	81

PODER EXECUTIVO.

GABINETE DO PREFEITO

ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES/RN



ATA/APODI/CJZ/008-24

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Instituição	Participantes	E-mail/Contato
CMT Engenharia Ambiental	Camila Andrade	camila.andrade@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	João Pereira	joao.pereira@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Isabelly Carvalho	isabelly.carvalho@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Maicon Xavier	maicon.silva@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Ozandir Frazão	ozandir.silva@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Wellington Rocha	wellington.rocha@cmtengenhariaambiental.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Yanca Albuquerque	yanca.farias@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Rhafisa Guimarães	rhafisa.castro@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Klinton Melo	klinton.junior@cmtengenharia.com.br
CMT Engenharia Ambiental	Ádria Lima	adria.lima@cmtengenharia.com.br
Poder Público Municipal de Luís Gomes/RN	Servidores públicos e membros dos poderes executivo e legislativo Municipal ¹	—
Sociedade civil de Luís Gomes/RN	—	—

¹ Vide Lista de Presença que compõe os anexos deste documento.



1
ATA/APODI/CJZ/008-24





1. DADOS GERAIS

Data: 14/06/2024

Local: Salão Paroquial da Igreja Matriz, no município de Luís Gomes/RN

Objetivo: Apresentar e validar o Diagnóstico Municipal de Luís Gomes correspondente à segunda etapa de elaboração do Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP)

Nº de presentes: 92 pessoas

2. PAUTA

- Apresentar e validar o Diagnóstico do Plano Diretor Municipal Participativo (PDMP) de Luís Gomes/RN, abordando os seguintes temas: Sistema de Informação Geográfica, Caracterização Institucional, Inserção Regional e Rede Urbana de Luís Gomes; Caracterização Física, Uso e Ocupação do Solo Rural, Áreas de Interesse Ambiental e Histórico-Cultural na Zona Rural; Uso e Ocupação do Solo Urbano; Saneamento e outras Infraestruturas; Caracterização Socioeconômica de Luís Gomes; Políticas Públicas Sociais (Habitação, Saúde, Educação e Assistência Social); Luís Gomes e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização da Nações Unidas (ONU);
- Convocar o poder público municipal e a sociedade civil para contribuir, de forma participativa e democrática, na construção e validação do Diagnóstico Municipal do PDMP de Luís Gomes/RN;
- Recebimento dos posicionamentos dos participantes da 2ª Audiência Pública, expondo suas colocações acerca das apresentações realizadas pela equipe técnica multidisciplinar do PDMP de Luís Gomes/RN.

3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

No dia 14 (quatorze) do mês de junho de 2024, nas dependências do salão paroquial da Igreja Matriz em Luís Gomes/RN, realizou-se a 2ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo, com a presença da equipe técnica multidisciplinar da CMT Engenharia Ambiental, para apresentar e validar o Diagnóstico do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN aos representantes do poder municipal e do poder legislativo municipal, aos



ATA/APODI/C12/998-24





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

servidores públicos, lideranças comunitárias e sociedade civil, ora presentes. As autoridades e a sociedade civil luís-gomense foram recepcionadas com um café da manhã, organizado e oferecido pelo Poder Público Municipal de Luís Gomes/RN.

Inicialmente, a mobilizadora social da CMT Engenharia Ambiental e mestre de cerimônias do evento, a srta. Yanca Albuquerque, saudou a todos os presentes: “Senhoras e senhores, bom dia. É com grande satisfação que saudamos e agradecemos a todos os presentes neste evento em nome do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. Iniciamos neste momento a cerimônia de abertura da segunda Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes”.

Em seguida, Yanca Albuquerque apresentou o objetivo geral da audiência, destacando a sua importância: “O objetivo geral do Programa de Apoio Técnico às Prefeituras para a Elaboração dos seus Planos Diretores é possibilitar a criação de ações estratégicas que deverão ser implementadas pelo poder público, visando o reforço da infraestrutura, serviços e dos instrumentos de gestão administrativa nas municipalidades consideradas, de modo a equipá-las para responder às possíveis demandas que advirão com a implantação do empreendimento, garantindo que as mesmas não afetem prejudicialmente a estabilidade dos centros urbanos envolvidos, assim como o bom desenvolvimento das atividades concernentes às obras”.

Após o momento inicial, a mestre de cerimônias, Yanca Albuquerque, registrou publicamente as presenças das autoridades presentes: “Gostaria de saudar a presença de Gracilda Araújo, Secretária de Educação e Desporto; Júlio de Oliveira Filho, Secretário de Agricultura; Maria de Fátima Alexandre, Secretária de Finanças; Maria Gerusa da Silva, Chefe de Gabinete, e o procurador adjunto do município de Luiz Gomes, doutor Thales André Fernandes.

Após a saudação às autoridades presentes, todos foram convidados a ficarem de pé para prestigiarem a execução do Hino Nacional Brasileiro e do Hino Municipal de Luís Gomes/RN: “Convidamos todos a ficarem de pé para execução do Hino Nacional Brasileiro. Ainda de pé, vamos acompanhar a execução do Hino do município de Luís Gomes/RN.”

Em sequência, a mestre de cerimônias registrou a presença de mais algumas autoridades que chegaram naquele momento: “Gostaria de saudar os secretários Feliciano Neto de Oliveira,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Secretário de Administração; Gielso Bernardo de Araújo Júnior, Secretário de Obras e Urbanismo e o vice-prefeito e sua esposa Hildo Linhares, presentes aqui na audiência. Dando sequência ao evento, convidamos para uma apresentação cultural a Quadrilha Juninart de Luís Gomes”.

Neste momento, a mestre de cerimônias orientou a população luis-gomense sobre o Regimento Interno da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN: “Lembrando que os informes gerais sobre o regimento interno da 2ª Audiência Pública correspondem ao Diagnóstico do Município de Luís Gomes e que a etapa que pautará as propostas do Plano Diretor Municipal Participativo será realizada na 3ª Audiência Pública. É importante destacar também que a participação popular é importante, de forma que a inscrição dos participantes para falas acontecerá via preenchimento de uma fichinha que nossa equipe técnica estará passando. O debate é sobre o Plano Diretor de Luís Gomes e as perguntas deverão ocorrer relacionadas com esse tema. O tempo de fala para cada participante é de até três minutos. É preciso se identificar com o nome e dizer de qual comunidade ou bairro você pertence. As falas da população serão proferidas a cada final de bloco de apresentação.”

Em seguida, Yanca Albuquerque convidou a coordenadora do processo de elaboração do Plano Diretor (CMT Engenharia) para iniciar as apresentações do dia: “Nesse momento, a senhora Camila Andrade, coordenadora do PBA 11, do Programa de Elaboração dos Planos Diretores do Ramal do Apodi, convidamos para falar sobre o andamento do programa aqui em Luís Gomes, mostrando o que já foi realizado e quais são os próximos passos para a elaboração do Plano Diretor e a ordem do dia. A apresentação será dividida em três blocos, após cada bloco de apresentação, o espaço de debate será aberto. Convidamos os participantes a manifestarem suas opiniões ou dúvidas e temas proferidos. Gostaria também de convidar vocês que estão mais atrás pra que possam vir um pouco mais para frente, para enxergar o slide, tá bem? Obrigada!”

Coordenadora do processo de elaboração do Plano Diretor, Camila Andrade: “Bom dia pessoal. Eu vou fazer um convite para que vocês cheguem mais pra frente. Vocês estão me ouvindo bem? Como? Aumentar o som. Vou encostar também assim, porque às vezes a gente vai falando, vai descendo. (sic.) Vocês, todo mundo recebeu o Glossário? Recebeu? Ótimo. Porque assim, o que a gente vai trazer aqui hoje e apresentar para vocês é o Diagnóstico. Quem aqui participou das





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Leituras Comunitárias? Ai... Pois é, o que vocês trouxeram em relação às Leituras Comunitárias a gente vai apresentar aqui também e a gente vai trazer o olhar que a gente construiu juntamente com vocês para o município de Luís Gomes. E o Diagnóstico nada mais é do que uma análise, uma observação do que está bom, do que está ruim aqui, para que a gente avance nas propostas. Nas paredes aí tem os mapas que foram elaborados, né? Eles, a gente elaborou tanto para o município como para a cidade, está aí para consulta, quem precisar pode levar. Lembrando que tudo isso que os meninos vão falar aqui, foi disponibilizado na internet, no dia 29 de maio, está no site da Prefeitura ali na entrada e ali no fundo tem um QRCode que dá acesso a esse documento para que vocês leiam. Né? Não tem um lugar um canto de Luís Gomes que a gente não tenha é passado, né? A gente esteve em todos os lugares onde foi possível. Então a gente vai trazer aqui como é que tá a questão do esgoto, a questão do abastecimento de água, das estradas, da mobilidade urbana. Eu vou fazer um retrospecto aqui, ao tempo que os meninos estão ligando aqui, de quanto a gente já caminhou. A gente já caminhou um bocado, viu? A gente já caminhou um bocado. Hoje, é, por assim dizer... Obrigada, João. Para baixo e para frente, tá? Obrigada (síc.). Por assim dizer, a gente hoje tem aqui o quê? 75% grosso modo do trabalho da gente realizado aqui em Luís Gomes, certo? Então, assim, quero agradecer imensamente, além da presença de vocês, né? Hoje a gente não pôde fazer, a gente não pôde fazer aqui a mesa de honra, mas assim, além de agradecer a presença de vocês, a participação de quem é do núcleo gestor, quem participou ativamente vai abrir o documento e vai ver seu nome lá, que é a nossa forma de agradecer as pessoas que estão colaborando com o nosso trabalho e colaborando com o futuro do município, né? Então, vamos lá. Vocês me veem aqui, vocês me ouvem, veem, veem, tudo bom, dá pra ver tudo aí, né? (síc.) Aqui, lembra que eu apresentei isso aqui na audiência passada? Nós estamos aqui encerrando a etapa de Diagnóstico, com a Audiência Pública, apresentação do Diagnóstico. Hoje é a última, por assim dizer, último momento que a gente abre para que vocês, tragam contribuições para a gente em relação ao que a gente vai apresentar aqui, críticas, sugestões, complementações. Lembrando que a audiência está sendo gravada, depois a gente vai elaborar uma ATA e a gente disponibiliza no site da Prefeitura para que vocês leiam também tudo que for dito aqui, cada palavra é gravada e transcrita. Aproveito esse vídeo para dizer que quando vocês forem falar, falem assim pertinho do microfone, porque senão dificuldade de transcrever



3
ATA/APODI/CI2/998-24





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

as falas de vocês, certo? Então a gente está aqui, Audiência Pública, vamos partir agora para as propostas depois daqui e a gente encerra com a Oficina de Propostas, que é um ensaio para a terceira Audiência Pública. A previsão aqui, a gente estava pensando de fazer no final de julho, mas já fui informada que existe a questão festiva, então a gente vai reavaliar e colocar essa audiência para primeira semana de agosto, certo? Pra que vocês consigam participar, tanto do calendário cultural de vocês e também da audiência do Plano Diretor, ok? Aí o pacto que a gente quer fazer com vocês é que vocês vão vir, vocês vão participar, vocês vão trazer mais gente, porque isso aqui a gente tá passando por Luís Gomes. Isso aqui é de vocês, é pra vocês. Então vocês têm que acompanhar, certo? Essas duas etapas aqui relembro que elas estão aqui, mas são... É a Prefeitura que executa, não é a gente. A gente, o Ministério da Integração vai entregar a minuta do plano dos produtos para a Prefeitura e ela que passa para a Câmara para votar. Virou Lei, entra no orçamento, entrou no orçamento, vira obra, vira intervenção, ok? Então, aqui... Essa... (sic.) Eu trouxe umas fotos aqui para fazer um retrospecto da nossa caminhada aqui em Luís Gomes. Isso aqui foi lá no início, ano passado. Quando o Ministério, a gente veio trazer ofício e informar que a gente ia fazer o Plano Diretor daqui. Temos aqui a visita institucional, que é quando a gente convida a equipe de governança, a gente chega no município e diz que vem fazer o plano e pede o apoio que a Prefeitura tem cedido pra gente, apoio de logístico, de lanche, a gente pede nesse momento aqui. Aqui a mobilização social, então vocês já estão acostumados com a nossa presença em campo, com as nossas colegas afixando cartazes, entregando os panfletos, enviando mensagens no grupo. A gente posta também nas redes sociais, na verdade a Prefeitura posta, a gente envia o material à Prefeitura posta. Aqui temos a primeira Audiência Pública, e aqui foi a Capacitação do Núcleo Gestor que nós realizamos, certo? Aqui também os nossos momentos de interação entre técnicos e equipe da Prefeitura. Temos aqui alguns colegas realizando os trabalhos técnicos no município. Aqui uma Leitura Comunitária, o final de uma Leitura Comunitária. Aqui uma outra Leitura Comunitária. Aqui mais uma foto da Capacitação do Núcleo Gestor. Então estamos aqui prestando contas do nosso trabalho pra vocês. Aqui os cadernos de Leitura Comunitária estão em anexo a esse material que eu falei que está na internet. Deixa eu ver... (sic.) Aqui. Está aqui. A gente publicizou ele 29, a gente colocou na internet 29 de maio. É um documento que tem Luís Gomes em detalhes, um documento um pouco extenso, mas





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

que vale a pena dar uma olhada. Também pode subsidiar pesquisas no Município. A gente tem a felicidade de, no outro eixo da obra, os Planos Diretores foram muito utilizados para a gente encontrar em pesquisas da Federal de Campina Grande e das Faculdades Públicas, especialmente da Paraíba. Algumas coisas da gente sendo utilizada enquanto fonte de consulta e pesquisa. E isso serve para vocês também entenderem, entenderem o que se passa, como se passa em Luís Gomes. Aqui é a nossa convocação. Então, deixa eu só colocar aqui todo(sic.) Eu vou só reforçar o que Yanca já colocou aqui. Essa é a ordem do dia, certo? São três blocos. Meus colegas vão apresentar cada um, um tema. Vocês se lembram, eles já se apresentaram aqui, o arquiteto, o geógrafo, o engenheiro, a engenheira, o advogado, o assistente social. Cada um vai apresentar um tema. Sistema de Informação Geográfica, Caracterização Institucional, nesse primeiro momento é importante a equipe de governança aqui presente. Depois nós vamos falar um pouco da parte geográfica do município de Luís Gomes, onde está inserido a questão da chuva (sic.) das chuvas, do solo, como se dá ocupação na zona rural. Inclusive esse mapa está... Cadê ele? Cadê o mapa de uso? Ali, ali no fundo (sic.). É... Aí a gente fala da rede urbana. Nós temos uma rede urbana aqui, onde o Luís Gomes está inserido. Abrimos para dúvidas, comentários, sugestões, críticas. Depois a gente vai falar sobre urbanismo e a parte de saneamento. Esgoto, água, lixo e drenagem. Abrimos para as perguntas. Aí vamos trazer os aspectos sociais, a socio economia. Como é que está estruturada a questão de o que a gente identificou aqui de geração de emprego e renda no município. Isso aqui a gente já traz um esboço, a partir do que a gente está escrevendo, do que a gente pretende trazer nas propostas para gerar emprego e renda, as políticas públicas sociais, como está a saúde em Luís Gomes, educação, assistência social e habitação. Vou dar um spoiler aqui que eu fiquei surpresa com a quantidade de famílias que estão na lista de espera para receber casas. Meu colega aqui, o arquiteto, vai falar sobre isso melhor e mais detalhadamente. E, por fim, a gente faz um comparativo porque tem os objetivos sustentáveis da ONU ele tem lá um perfil de Luís Gomes com base em índices, indicadores, mas nós temos o nosso. Então, a gente faz uma comparação se o que a gente fez bateu com o que a ONU está dizendo de Luís Gomes ou não. Aí quem quiser saber, vai ter que ficar até o final, viu? Então é isso, essa é a ordem do dia. Ah, peço também que quando vocês forem falar, se identifique, sou fulano de tal, sou do distrito de São Bernardo, para que a gente registre na ATA, né? Porque a gente precisa registrar na ATA,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

saber quem falou o quê, e a gente precisa trazer a ATA com todas as falas e todas as fontes de fala, né? Para cumprir aí a lei que rege o nosso trabalho aqui, tá bom? Agora eu vou convidar minha colega Rhafisa, que é a moça que fez esses mapas, ela e o geógrafo né, lindos e maravilhosos, pra ela falar pra vocês como que ela fez esse trabalho, tá? Obrigada!”

Após a introdução realizada pela coordenadora (CMT Engenharia) foi dado o início ao Bloco 1 de apresentações da 2ª Audiência Pública do PDMP de Luís Gomes/RN, com a apresentação dos seguintes temas: Sistema de Informação Geográfica, Caracterização Institucional, Caracterização Física, Uso e Ocupação do Solo Rural, Áreas de Interesse Ambiental e Histórico-Cultural na Zona Rural, Inserção Regional e Rede Urbana.

Eng. de Agrimensura e Cartográfica (CMT Engenharia), Rhafisa Guimarães: “Bom dia pessoal, meu nome é Rhafisa, sou engenheira agrimensora e cartógrafa. Vou falar um pouco do SIG, que é o Sistema de Informação Geográfica. Essa é uma etapa do diagnóstico que é muito importante, que ela ajuda a elaborar todos esses mapas temáticos que estão aqui e os que estão no diagnóstico também, que tem mais, são os *croquis*. Então vamos lá! Como é que ocorre esse levantamento? Inicialmente é realizada a coleta de dados. Em seguida, esses dados são sistematizados e representados cartograficamente. O que acontece? Os nossos colegas vão em campo, fazem a coleta de informações de dados, esses dados são mensurados, eles são levantados de várias formas. E depois a gente representa esses dados como uma forma de o pessoal conseguir identificar mais fácil a problemática do local, conhecer o município, porque é muito grande, então nem todo mundo tem esse conhecimento da nossa área. Então, inicialmente, são levantadas informações secundárias e primárias. As secundárias são informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), então já são informações que já estão consolidadas. Essas informações que a gente faz esse levantamento são de demografia, hidrografia, limite municipal, abastecimento de água, Regiões de Influência das Cidades (REGIC), legislações, então inicialmente são feitas essas, esse levantamento. Em seguida são coletadas informações primárias, que elas são coletadas a partir da visita técnica, igual os meninos, eles fazem a visita de campo, eles ficam em loco no município, eles fazem entrevista, eles têm aquele olhar técnico sobre uma problemática, sobre uma metodologia para trazer uma proposta





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

diferente. Então essas informações conseguem levantar pontos de lançamento de esgoto, vazios urbanos, conflitos dentro do município, áreas de preservação permanentes, são as nossas APPS, passagem molhada e informações socioeconômicas também. Então tem aquela conversa direta com a comunidade, com a Prefeitura, com todos os órgãos que estão dentro do município. Em seguida, esses dados são compilados para gerar informações. Então eles vão lá, fazem o levantamento visual daqueles pontos de lançamento, não, o que que pode acontecer com aquele dado? Então eles conseguem extrair características físicas e territoriais, socioeconômicas e legais institucionais, para futuramente, após o diagnóstico, gerar as propostas, que são as medidas, as soluções para aquelas problemáticas. Então, após a compilação e análise dos dados que geram informações, nós conseguimos representar esses dados em formas de *croquis* e mapas. Os *croquis*, eles são anexados no Diagnóstico. Então, quem abrir o Diagnóstico, vão ver lá mapas temáticos de pontos de lançamento de esgoto, estrutura urbana, bairros. Então, abre o Diagnóstico lá, vão ter todos os *croquis*. Os mapas, eles também vêm no Diagnóstico, porém eles vêm como anexos, que são todos esses mapas que estão colados aqui na parede. Então, cada mapa, ele tem uma representatividade. O primeiro ali, a gente representa a altimetria. Esse daqui é o mapa de saúde. O segundo ali (*sic.*) Esse daqui é o mapa de saúde, que eles mostram as referências de saúde que o município tem. Esse aqui é de esgotamento urbano. Então, são os poços de lançamento, de esgoto, o que é fossa séptica, rudimentar. Então, cada mapa tem uma temática, cada *croquis*, né? E os mapas também. Esse daqui é o uso do solo urbano, que é toda a característica da nossa área urbana, do município de Luís Gomes. E esse daqui é o rural. Então ele tem como todo, toda a característica do município. E com o passar da apresentação dos meninos, vocês vão ver outros *croquis* com outras temáticas. Então por isso que é importante a ajuda de vocês na hora de passar o dado pra gente, porque a gente consegue buscar muita informação e trazer a informação pra quem não tem conhecimento. Eu passo a palavra agora pro (*sic.*) advogado Wellington pra ele fazer a caracterização institucional. Obrigada!”

Advogado (CMR Engenharia), Dr. Wellington Rocha: “Bom dia a todos. Primeiramente eu gostaria de fazer um agradecimento a toda a população representada por vocês aqui, por estarem aqui nesse momento na audiência pública de Diagnóstico. É muito importante que vocês participem. Por quê? Porque como a coordenadora colocou muito bem, esse planejamento que a gente está





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

pensando aqui para o município e que vai ser finalizado na terceira Audiência Pública e depois no anteprojeto de lei. Ele tem como objetivo trazer bem-estar para a população do município. E isso depende da participação da sociedade e depende também da participação do poder público, depende da Prefeitura, depende da Câmara de Vereadores. E ao mesmo tempo, também gostaria de agradecer a todo o secretariado da Prefeitura. Agradecer ao pessoal da procuradoria, na pessoa do Dr. Thales que está aqui presente, que a todo momento atendeu toda a nossa equipe com a maior presteza possível, nos passando informações, nos concedendo entrevistas, então um agradecimento especial ao pessoal da Prefeitura, da Câmara de Vereadores e aos demais servidores, e também a Chefe de Gabinete que também nos atendeu muito bem. Ah, e a última informação, nós, como a condenadora colocou muito bem, nós teremos a Terceira Audiência Pública, que é para apresentação de propostas, e aí eu queria fazer um pedido a vocês, que nessa audiência convidem os familiares, convidem os amigos para virem participar, é importante que vocês participem. O Poder Público tem um papel muito importante na execução do Plano Diretor, mas vocês também são importantíssimos no planejamento e no desenvolvimento do município de Luís Gomes para os próximos dez anos. Gente, esse aqui é o conjunto de regras jurídicas que estão na Constituição, estão no Estatuto da Cidade, que é uma lei de amplitude nacional, e também nas resoluções de um conselho que se chama Conselho das Cidades. Por que eu trouxe isso aqui para vocês? Porque na verdade, a realização das Audiências Públicas e o Plano Diretor estão previstos aqui. Então, assim, a gente está executando o Plano Diretor com base em exigências que estão na Constituição e essas Audiências Públicas que nós estamos fazendo também são uma exigência prevista na lei, prevista nas resoluções do Conselho das Cidades. Por quê? Porque é necessário que quando da aprovação da Lei do Plano Diretor, que é uma Lei Municipal, as coisas vão começar a mudar a curto, médio e longo prazos com a participação do Poder Público e com a participação de vocês. Vocês são muito importantes nesse processo. Aqui eu estou trazendo a estrutura básica do Poder Executivo, a estrutura básica da Prefeitura, que é, na minha interpretação, uma estrutura boa, uma estrutura ao mesmo tempo enxuta, porque a gente chega muitas vezes em municípios que tem quinze Secretarias. E aqui, no município de Luís Gomes, nós temos o total de oito Secretarias, mais a Coordenadoria de Comunicação, a Procuradoria e a Chefia de Gabinete. Por que eu estou trazendo isso aqui para vocês? Que no





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

futuro, quando nós formos elaborarmos as propostas que vão ser apresentadas na terceira Audiência Pública, é importante que a gente pense o seguinte: 'a estrutura está boa?' Está boa. Mas os servidores, estão numa quantidade adequada, os servidores estão qualificados? Então, a gente vai trazer isso para vocês no futuro, para que nós discutirmos, o que é que precisa melhorar na estrutura da Administração Pública Municipal, na estrutura da Prefeitura. Aqui eu trago um gráfico que está baseado numa lei que se chama Lei Orçamentária Anual. É uma lei municipal proposta pelo Poder Executivo, proposta pelo Prefeito, pela Prefeitura e aprovada pela Câmara dos Deputados que trata da execução do orçamento público no município de Luís Gomes. Por que eu estou trazendo isso aqui para vocês? Não precisem se preocupar com a ideia de números, porque eles estão aqui um pouco pequenos, mas a ideia é mostrar para vocês o seguinte: Todo o município brasileiro, todo ano, tem que aprovar uma Lei Orçamentária. Essa Lei traz a previsão das receitas que podem chegar no município e a fixação das despesas. Por que isso? Porque, na verdade, Poder Executivo só pode executar, só pode realizar despesas previstas no orçamento, nessa Lei Orçamentária. E aqui tem um outro objetivo também trazer pra vocês, é que quando você verifica a previsão de receita com a arrecadação própria do município, ela, aqui em Luís Gomes, como na grande maioria dos municípios do Brasil, a arrecadação própria é pequena. A gente precisa fazer um esforço no futuro de buscar cada vez mais trazer recursos para o Município, ora do Governo Federal, ora do Governo Estadual. Por quê? Todas as Políticas Públicas para a população, para vocês, dependem de recursos. E a gente tem que, no momento futuro, pensar em possibilidade de que o município consiga ampliar o leque de receitas que ele recebe, ou do Governo Federal, ou do Governo Estadual. Inclusive, também, nós temos a possibilidade de operações de crédito. inclusive externas, vindas de outros países que podem vir aqui para o município. É claro que tem todo um trâmite, tem todo um rito a ser seguido, mas eu penso que o município pode buscar recursos, inclusive de agências de fomento externos, ou seja, de outros países, inclusive. Aqui eu quero fazer uma conversa rápida para vocês para mostrar o seguinte, o município tem um bom acervo de leis. O Plano Diretor, que também é uma Lei Municipal que vai ser aprovada no futuro. A todo momento vai interagir com essas leis que nós temos aqui no município. E o município tem um bom conjunto de leis. É importante que o poder público e a população procurem a todo momento seguir o que está na Lei. Por quê? Porque, as leis existem





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

para trazer organização. Quando você tem Leis como o Código de Posturas, Leis como o Código de Obras etc., etc., etc., a todo momento, essas Leis vão estar interagindo com a Lei do Plano Diretor (*sic.*). Então é importante que o Poder Público monitore, que o Poder Público fiscalize a aplicação dessas leis, mas a população também precisa ajudar. A população precisa, por exemplo, evitar o depósito inadequado de resíduos na rua, a colocação inadequada de resíduos de construção em cima do passeio e etc. Tudo depende do Poder Público de um lado, mas também depende da participação de todos vocês contribuindo. E aí aqui eu trago para vocês como as principais Leis que têm uma interação com o Plano Diretor, a Lei Orgânica Municipal, que é uma espécie, não é uma constituição, mas é como se fosse uma espécie de uma constituição do município. Nós temos as leis que tratam dos perímetros urbanos e também dos perímetros urbanos da Vila São Bernardo. Temos, como eu mencionei, o Código de Posturas, o Código de Obras, um programa que eu achei interessante, se ele ainda não está de pé, é necessário colocar, que é um Programa de Educação Ambiental. A Lei que trata do Sistema Tributário no Município, a Lei que dispõe sob a exploração de um açude que nós temos aqui no município. Temos ainda, como Leis Municipais também, uma Lei que trata dos processos de participação da população na elaboração das Leis Orçamentárias. Eu fiquei sabendo que essa Lei hoje não está muito sendo aplicada. Ela precisa ser aplicada. A população precisa participar da elaboração das Leis Orçamentárias do município. Temos ainda duas Leis que tratam do consórcio público, dois consórcios públicos que nós temos aqui. E que é muito importante, eu vou fazer uma explicação rápida pra vocês. O que é um Consórcio Público? É quando você tem dois ou mais municípios, ou até às vezes o Estado, unindo esforços em relação à execução de uma Política Pública de competência desses municípios e Luís Gomes tem dois consórcios importantes, um na área da saúde, outro na área do saneamento. E que, mesmo na parte de saneamento, ainda tem algumas coisas que tem que ser melhoradas, tem que ser executadas, mas o caminho é esse mesmo, é buscar fazer a celebração desses consórcios com outros municípios em várias políticas. Por quê? Porque isso pode ajudar o município a executar suas políticas. Temos ainda a Lei 280, que trata dos Conselhos Municipais, que são importantes. Aqui a gente vai verificar um pouco mais a frente que o município tem um bom conjunto de Conselhos Municipais, mas alguns não estão inativos. O poder público precisa fazer um esforço no sentido de pegar alguns conselhos que ainda não





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

estão hoje ativos, eles estão aprovados por Lei e fazer com que esses conselhos voltem a funcionar. Isso é muito importante porque os conselhos têm como finalidade o acompanhamento da execução de políticas públicas e o controle social, controle social executado por vocês. E isso o município precisa fazer um conjunto de esforços para que os conselhos que não estiverem em funcionamento, que eles sejam colocados para funcionar. Aqui nós temos aqui normas relacionadas com acessibilidade, que é uma questão urbanística. Temos a questão da regularização fundiária, que é importantíssima, grande parte dos municípios do Brasil ainda tem uma condição fundiária, tanto na zona urbana quanto na zona rural, ainda pendente de melhora. Temos ainda a coordenadoria de vigilância sanitária, que é uma questão vinculada à saúde, é importante também. Nós temos que ter toda condição envolvendo a sanidade com uma condição adequada. O município precisa pegar o conteúdo das Leis de caráter sanitário e colocar em pleno funcionamento. Temos ainda essa questão do programa que eu acho interessante, o meu imóvel que regulamenta os instrumentos de regularização fundiária. Temos a Lei que trata também de uma área que deve ficar sem nenhum tipo de edificação próximo ao nosso reservatório, que é o nosso depósito de resíduos sólidos. Temos ainda o Código de Vigilância Sanitária. Como eu disse anteriormente, o conjunto de Leis do município é bom, mas ele precisa de um empenho do Poder Público para que as Leis saiam do papel, assim como vocês também precisam contribuir para que as Leis tragam efeitos concretos e melhorem a vida de todos. Agora os consórcios, como eu expliquei, depois eu até quero conversar com o Dr. Thales, sobre uma questão envolvendo o consórcio aqui, mas o município tem um Consórcio de Saúde, tem um consórcio também relacionado com o saneamento básico, que na minha opinião é uma saída importante para a ausência de recursos no município. E eu penso que a gente tem que pegar e ampliar o número de temáticas que a gente vai tratar nesses consórcios públicos. Os conselhos municipais que nós temos, o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho de Educação, Conselho Antidrogas, o Conselho de Desenvolvimento Ambiental, Conselho de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Saúde. Temos ainda uma Lei que trata da questão lá que eu mencionei com vocês que é de um conselho municipal de planejamento que eu vejo que ele tem que ser retomado. Existe a Lei, mas ele hoje está inativo. É importante que ele também seja colocado de pé. Temos o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável Solidário e o Conselho





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Municipal de Cultura. Alguns conselhos municipais aqui estão ativos e, como eu disse anteriormente, alguns estão inativos. É importante que o poder público faça o mapeamento disso para ver aqueles conselhos que se encontrarem na condição de estarem inativos têm que ser colocados novamente em funcionamento. Temos o Conselho Municipal do Turismo, temos o Conselho Municipal do Idoso, o Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle do FUNDEB, que é um conselho vinculado à Secretaria Municipal de Saúde. Como eu disse, grande parte dos conselhos estão funcionando, estão ativos, outros precisam ser ativados e tanto os que forem ativados quanto os inativos precisam ter conselheiros que entendam a importância do papel deles. E para isso, muitas vezes, eles têm de sofrer um processo permanente de qualificação e treinamento para que eles exerçam um papel deles de forma competente. Temos ainda a política, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e temos ainda o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Aqueles conselhos que não estiverem ativos têm que ser colocados em funcionamento, sentimos aqui a falta do Conselho de Cidade que é um conselho que nós vamos propor no futuro a criação para que ele faça o acompanhamento da implementação do Plano Diretor que vão ter várias ações de curto, médio e longo prazo e esse conselho provavelmente vai ser proposto pela equipe técnica para que o município, que vocês avaliem a criação dele, porque ele vai ser importantíssimo para o pós aprovação da Lei Municipal do Plano Diretor e o Conselho de Planejamento Municipal que eu comentei lá atrás com vocês, existe a lei, mas ele está inativo. É importante que a gente pense se nós vamos ativá-lo, se nós vamos colocar em funcionamento, ou se de repente com a criação do Conselho da Cidade que a gente está pensando no futuro, a Lei que trata do Conselho Municipal do Planejamento deve ser revogada, porque de repente o Conselho da Cidade que a gente está propondo pode vir a substituir esse Conselho Municipal que hoje está inativo. Temos os fundos municipais. O que é um fundo municipal? O fundo municipal é um lugar aprovado por Lei em que o município vai receber uma série de recursos, ora do poder do Governo Federal, ora do Governo Municipal, na assistência social, na saúde, na educação. O município tem um bom conjunto de fundos municipais que recebem, como eu disse, os recursos. É importante que o município e nós vamos tentar propor no futuro, que ele pegue as Leis de criação e veja se as fontes de custeio, se as fontes de recursos que vêm para esse fundo, se elas são suficientes, se elas precisam ser





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

ampliadas, se há necessidade de fazer uma campanha, por exemplo, para engajar as pessoas para o fundo municipal, por exemplo, do idoso, para que ela, na hora de declarar o imposto de renda dela, ela faça uma destinação parte do recurso para o fundo municipal do idoso, é importante que o poder público verifique se as fontes de custeio desses fundos municipais estão adequadas ou se elas precisam ser melhoradas ou ampliadas. E aqui os mecanismos de gestão democrática que estão lá numa Lei que chama - se Estatuto da Cidade, que eu comentei com vocês, e que o município precisa pensar nisso. Porque a gente tem alguns colegiados de política urbana, como o Conselho Municipal de Planejamento, que hoje está inativo. Temos o Plano Diretor que no futuro vai ser aprovado e temos as conferências municipais, que normalmente são na educação, na assistência social, e que estão aí, elas estão acontecendo. É importante que a gente trabalhe tanto para esses conselhos colegiados de política urbana, e no futuro nós tenhamos o Plano Diretor aprovado. Bem, a minha parte terminou. Obrigado, pessoal!”

Geógrafo (CMT Engenharia) João Pereira: “Bom dia pessoal, eu me chamo João, eu sou geógrafo e eu vou tratar agora a parte de caracterizar um pouquinho o território do município de Luís Gomes. E aqui apresentar inicialmente como ele se insere no estado e regionalmente. O município de Luís Gomes está aqui localizado ao extremo sudoeste do estado do Rio Grande do Norte, partindo o acesso dele, partindo de Natal até a cidade de Pau dos Ferros, e da cidade de Pau dos Ferros ao sul, a gente chega em Luís Gomes. Ele também está inserido na mesorregião do Oeste Potiguar, essa mancha aqui em laranja, e na microrregião da Serra de São Miguel. Esse tracejado aqui mais vermelho. E ele também está inserido dentro do contexto do semiárido brasileiro. Então a gente está no interior do Nordeste. A delimitação aqui do semiárido, como vocês podem ver a partir da legenda, ela foi progressivamente aumentando e isso os municípios vão ser inseridos no contexto do semiárido a partir de algumas características técnicas em relação, sobretudo, à condição climática. Então, a gente observa que o aumento dessa delimitação do semiárido chama a atenção para o agravamento das condições climáticas. Então, chama a atenção para a necessidade de a gente se planejar, a gente pensar no uso do território, considerando as nuances, as características ambientais dele, pra que a gente desenvolva, a gente faz um planejamento para desenvolver o município nesse contexto. Então, aqui em contexto do Brasil, essa grande mancha vermelha é hoje o semiárido, são as áreas mais secas do Brasil. Então, aqui ele concentrado no





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

interior da região Nordeste. A gente agora, em 2024, foi identificada a primeira região árida, já no interior da Bahia. Então são processos que vêm se desenvolvendo, que podem acarretar o processo de desencadeamento de desertificação, então a gente tem que se atentar para isso. E falando especificamente do estado do Rio Grande do Norte, a gente já tem um núcleo de desertificação configurado aqui na área central do estado do Rio Grande do Norte, que é o núcleo de desertificação do Seridó. E isso quer dizer que essa região aqui apresenta a característica ainda mais seca, ainda mais vulnerável a essas mudanças climáticas. Então pensar o desenvolvimento sustentável considerando o contexto semiárido para o município é importantíssimo. É, adiante, vou falar um pouquinho da dinâmica territorial do município de Luís Gomes, que como vocês sabem, ou se não sabiam, vão saber a partir de hoje, inicialmente Luís Gomes pertencia ao município de Pau dos Ferros. Ele foi elevado à categoria de cidade no ano de 1938. E os limites municipais, eles vão apresentando uma dinâmica de evolução muito intensa, aqui em Luís Gomes, muito intensa ao longo do tempo. Aqui a gente fez uma análise comparando o território municipal de Luís Gomes nos últimos quatro censos do IBGE, que é aqui em 1991, 2000, 2010 e 2022. Em 1991, caso alguém não saiba também, Major Sales ainda era um distrito de Luís Gomes, foi elevada à categoria de cidade no ano de 1992. Então aqui esse quadriculado cinza e branco era o território de Luís Gomes em 1991. Já a partir de 2010, 2000 e agora finalmente em 2022. Essa dinâmica continua sendo alterada. A gente teve uma perda de território aqui para o município de Uiraúna, já no estado da Paraíba, entre os anos de 1991 e 2000, e de 2000 para cá, a gente também perdeu uma parte do território para 'Zé' da Penha e Riacho de Santana (sic.). E algumas comunidades, elas estão consideradas nesse conflito, nesse conflito territorial. A gente tem como eu já falei, o desmembramento do município de Major Sales, aqui na zona frutearia do município, a sede urbana, a comunidade lá embaixo das Placas e a Baixa Verde. Elas conflitam os seus limites com o município de Uiraúna, especialmente o conflito territorial na área municipal vai ser objeto do estudo. E a apresentação mais para frente do urbanista, que é uma dinâmica que importa muito, que impacta muito no planejamento do município. As comunidades rurais, as localidades rurais, de Caititu e Baixa Grande, conflitam com o município de Riacho de Santana, então eles estão posicionados muito próximos à fronteira e temos casas dos dois lados, gera uma incerteza, gera uma dificuldade em determinar até onde é responsabilidade de cada município promover a





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

assistência a essas regiões. E Lagoa de Pedra e a localidade Santo Antônio também se encontra nessa dinâmica de alteração territorial com o município de José da Penha. Isso são os dados oficiais do IBGE. Ele não leva em consideração aquele sentimento de pertencimento de uma comunidade, ela se sente parte de um município ou de outro. É por isso que é importante fazer essa análise para, de fato, pontuar de quem é a responsabilidade, de que município é a responsabilidade por atender essas populações. Partindo agora um pouquinho para a caracterização física do município de Luís Gomes, ele está caracterizado aqui na área do município, município não, do estado de clima tropical com chuvas de verão, que são essas duas grandes manchas azul (*sic.*). Essa grande mancha do centro aqui, que é o clima semiárido do quente com chuvas de verão, é a área mais seca e aqui a gente está no contexto de uma área um pouco mais úmida, falando, pensando estadual mente. A gente aqui, vocês, muito bem, têm esse clima mais serrano, que é uma coisa muito boa, um privilégio. No contexto do semiárido de a gente ter, uma área que chove um pouquinho mais, que tem um clima mais ameno. Já falando um pouco da formação geomorfológica do município, a gente tem, ele é um município muito cortado por grandes estruturas de serra, então a gente tem essas duas grandes manchas aqui, essa mais clara e essa mais acinzentada, são as áreas mais serranas do município. Já essas áreas em marrom aqui, onde fica a Pitombeira, Caititu, ou aqui as Placas e o Baixio, são as áreas mais baixas de deposição do material que os rios e riachos eles vão recortando das áreas serranas. Aqui, a distribuição da altimetria do município. Então, essas manchas mais claras aqui são correspondentes às áreas mais baixas. E essas áreas em verde, vermelho e aqui em branco são as áreas que vão apresentando um aumento da altimetria. Então, a gente nota claramente um grande vale aqui lá na região da Pitombeira, das Araras, Monte Alegre, Barro Vermelho, Caititu. São elas, são localizadas aqui por alguns motivos, a ocupação humana geralmente se dá próximo aos recursos hídricos e próximo nas áreas mais planas (*sic.*). É mais fácil você cultivar a terra, é mais fácil você ter uma convivência em uma ocupação nessas áreas. E a outra grande área de ocupação humana já é nessa parte aqui mais alta, porém ela é um platô, ela apresenta uma grande altitude, porém ela é menos declivosa do que as áreas de reserva em si e aí é onde se localiza tanto a sede municipal quanto o distrito de São Bernardo e todas as comunidades que se avizinham. Aqui é uns *croquis* que distribui além da... Partindo da altimetria, aqui a gente tem a





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

declividade (*sic.*). Então, a altimetria é o valor absoluto de altura do local em relação ao nível do mar e aqui o quanto ele é inclinado, o quanto ele é ladeiroso digamos assim (*sic.*). A gente tem a Serra de São José que delimita a oeste o município como sendo o ponto mais crítico em relação à declividade, como vocês bem sabem. E aqui, outros sistemas de serra, de colinas, que são distribuídos ao loco do município. E essas manchas aqui mais verdes são as áreas mais planas, são as áreas menos declivosas, que é onde se concentra a maior parte da ocupação humana. Aqui alguns exemplos de uma área de um terreno um pouco mais plano, mais suave, lá no sítio Pitombeira. Só que lá no fundo já tem aqui a Serra de São José. Aqui em outra foto a Serra de São José, que é a área mais declivosa, ali próximo a São Bernardo também, uma área mais plana, mas já tem umas colinas aqui num relevo mais suave ondulado. Então, o município apresenta uma grande diversidade ambiental nesse sentido. Falando um pouquinho dos recursos hídricos do município, ele é, em grande parte... Não, ele é exclusivamente, na verdade, cortado por riachos intermitentes (*sic.*). A gente não tem riachos de grande volume, que eles se mantêm com o curso de água ativa durante o ano todo. Os principais riachos aqui são, os que são frutos das nascentes do Rio Apodi, aqui na Serra de São José, as afluentes do Apodi-Mossoró. O Riacho Saco, que ele passa ali perto de São Bernardo, que é aquele que vai lá pra Cachoeira do Relo e segue em direção a Major Sales. E o Riacho da Pá, aqui próximo à zona urbana, que ele também vai descer nessa serra que dá, a gente sobe pra ter acesso à zona urbana do município, em direção também lá a Major Sales, ali na Fazenda Nova. A gente também tem, falando dos corpos de acumulação, os principais aqui do município são o Açude Dona Lulu Pinto, que é o açude de abastecimento da zona urbana, que como o Wellington falou, ele tem uma legislação específica quanto ao uso da água dele. A gente não... (*sic.*) aqui o município ele tem essa legislação, que não se pode ter uso recreativo e nem a prática de pesca livremente no açude, precisa-se de uma autorização específica da Secretaria de Agricultura para que esse uso seja feito, de modo que haja uma preservação, haja uma manutenção da qualidade da água para o abastecimento. E aqui o açude Araras é outro grande corpo de acumulação do município. Toda essa dinâmica desses usos gera uma condição de embate entre a preservação ambiental e a degradação desses mananciais, dos açudes e dos riachos. Como a gente tem uma condição aqui muito característica também do uso das APP, que são as Áreas de Proteção Permanente, as áreas que eu vou explicar um pouquinho





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

mais à frente, as áreas de vegetação que servem para a proteção desses recursos hídricos. Então aqui a gente tem alguns exemplos dos recursos hídricos do município, alguns afluentes do Rio Apodi-Mossoró lá em Tigre de Baixo e Pitombeira. O Riacho do Saco lá na Barra, o Riacho do Saco lá na Cachoeira do Relo, alguns açudes lá na comunidade de Pitombeira, o Açude Araras, o Lulu Pinto, lá no Baixo, e aqui lá embaixo o Fazenda Nova. Em relação aos tipos de solo do município, a gente tem poucos tipos diferentes de solo, mas alguns deles que tem um potencial muito grande para a agricultura, como é o caso dos argissolos, essas duas grandes manchas aqui, essa mais clara e essa mais amarronzada claro e os luvisolos, que são essas áreas aqui mais escuras, é formado mais com deposição de material escavado pelos riachos dessas áreas mais altas, também são solos que apresentam um problema de fertilidade que necessita às vezes de correção química ou por adubação orgânica para que a atividade agrícola consiga se desenvolver. Mas de modo geral é um município que tem um potencial muito grande para a agricultura. Aqui, um pouquinho de como se trata, de como se distribui a vegetação nativa do município. Então, a gente tem duas grandes áreas de vegetação, a savana estética florestada e a savana estética arborizada. A diferença desses dois tipos de vegetação é o porte geral das suas árvores e aqui é uma grande área onde a agricultura onde a agropecuária é predominante (*sic.*). E aqui, a savana estética arborizada, na localidade de Pitombeira, são as áreas que também são dominadas muito por árvores mais baixas e arbustivas. E a savana estética florestada, aqui perto da Cachoeira do Relo, é onde a gente tem uma condição de árvores mais altas, predominantemente da vegetação. Aqui é a distribuição, vocês podem ver que esse mapa tem muito verde, então, o município de Luís Gomes ele é comparativamente com os outros que a gente tem passado o mais preservado, digamos assim, em termos da condição da sua vegetação. Então, a vegetação cobre a maior parte do município e essas manchas em rosa são os outros usos, são geralmente áreas onde tem ocupação humana ou os usos agropecuários predominantes. Aqui, a formação geológica do município tem relação com a formação do solo, e de como essa região aqui se formou, basicamente por atividade vulcânica, que com o passar do tempo, cada estrutura dessa tem um período que ela foi formada, e com o passar do tempo essas estruturas vão sendo desgastadas e levando, formando o perfil topográfico que a gente encontra no município. Porque de acordo com o tipo de rochas e o tipo de material de origem dessas rochas, elas podem ser mais ou menos





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

degradadas com a ação do tempo e associado a esse tipo de formação, a gente também tem um potencial, ou pode ter um potencial, de exploração mineral. Então o município de Luís Gomes ele é recortado, ele é coberto por atualmente, processos de pesquisa para potencial prospecção mineral. Então, a maioria dos processos, esses polígonos aqui ativos, são os processos em análise, os processos ativos no site do governo, que providencia, no Ministério de Minas, que providencia esses dados. Então, são processos ativos para pesquisa de prospecção de minerais, entre os quais aqui, principalmente no município de Luís Gomes, a prospecção de pesquisa de ouro ou de ferro. Bem, falando um pouquinho já da ocupação do solo rural, aqui eu pontuo as principais comunidades e essas bolinhas maiores e menores são de acordo com a quantidade de residências que elas apresentam. Então a gente tem as principais concentrações populacionais na zona rural, lá em Lagoa de Pedra, em São Bernardo, na Pitombeira, no Lagoa do Mato, nas Araras, aqui na Serrinha, o Alto dos Cândidos também muito grande, Baixio, são as principais áreas de concentração de pessoas. A área municipal tem 166,63 km² e a gente tem aproximadamente 34 localidades rurais. E em termos de áreas, tanto a sede municipal tem 141,9 hectares e o distrito do São Bernardo tem quase 23 hectares de área. Essa AUC, essa sigla significa Área Urbana Consolidada, é um dado do IBGE, que a gente na etapa de propostas, a gente vai propor um novo perímetro urbano e alterar essa área aqui para que o perímetro urbano que a gente propõe seja mais fiel à realidade do município atualmente. Para analisar de modo geral, a ocupação no território municipal do Luís Gomes, eu particionei o município em três áreas de análise que elas são relativas à distribuição dos recursos hídricos. Então, essa grande mancha aqui à esquerda são todas as áreas que contribuem para as nascentes do rio Apodi-Mossoró, e geralmente elas têm um agrupamento de usos e uma dinâmica específica. Essa área em laranja é uma sub bacia digamos assim, que contribui para o riacho Saco e essa outra aqui, em cinza, é uma região hidrográfica dominada pelo seu principal curso hídrico, que é o riacho da Pá. Então, eu particionei ela para analisar mais proximamente como se dá o uso e ocupação do solo nessas unidades. Então, o A é a unidade de análise, então tem o A1, A2 e A3. Essas aqui são as áreas respectivas de cada uma. E os principais usos nas três unidades de análise são dois. É a cobertura vegetal, que é o uso predominante em cada uma delas, e a área de sequeiro, a área de sequeiro corresponde à onde as atividades agropecuárias, de agricultura e de pecuária, se desenvolvem. Mais fortemente





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

na zona rural, as áreas de agricultura. Apresentam a agricultura muito forte, sobretudo a produção de milho e de feijão, que eu notei quando fui à visita de campo. Eu rodei o município, praticamente o município todo, a gente foi em todas as comunidades, salvo duas comunidades lá no Cirino em que a gente não conseguiu ter acesso, por conta da condição das estradas na época, que também é um tópico que eu vou discutir um pouco mais à frente. Bem, em termos proporcionais, o município tem quase 80% de cobertura vegetal, os açudes correspondem a 1,1%, a área construída, basicamente as áreas de ocupação humana, com a principal dela sendo a sede urbana, correspondem a 1,44% do município, as áreas de agricultura, quase 17,5%, e a área irrigada e de vazante são as áreas onde tem agricultura no leito dos rios ou próximo aos paredões dos açudes, menos de meio por cento. Bem, aqui são algumas fotos, alguns registros, desse tipo de uso do solo. Aqui é uma área de agricultura irrigada lá em Monte Alegre, tem algumas áreas de cultivo de cana no Lago do Mato, cultivo de milho lá em Boqueirão, cultivo de arroz perto do sítio Amâncio, milho lá na Pitombeira, algumas áreas de criação de bovinos, tanto em São Bernardo quanto em Baixio, área de pastagem lá no Baixio também, criação de caprinos lá em Monte Alegre. Então, é um município que tem uma diversidade de usos na zona rural muito grande e esses usos geram, muito frequentemente, impactos ambientais. Quando a gente tem a retirado, por exemplo, da vegetação do solo, a gente deixa esse solo desprotegido e ele pode ocasionar a erosão deles, que é quando vem uma chuva, aquela camada superficial do solo é arrastada, então a gente perde uma área de solo que foi trabalhada, que foi desenvolvida, que foi utilizada fertilizante e era propícia a agricultura, então a gente perde essa área quando a gente tem esse processo de erosão e esse material que foi arrastado, ele geralmente vai parar nos riachos ou nos açudes. Soterrando esses riachos e soterrando os açudes, fazendo com que a gente tenha uma perda da capacidade de retenção de água e uma perda da qualidade em si também dessa água. Então, a gente tem algumas ocorrências diárias que perderam a sua vegetação para o uso da agropecuária. Queimadas é uma coisa muito frequente na região semiárida. Eu não identifiquei na época que eu fui a campo, mas acredito também que é por conta da época que a gente foi. A gente foi para campo em abril, no início de abril. Já é no meio do período chuvoso, então normalmente as queimadas ocorrem mais para o final do ano antes desse período chuvoso. Também é um impacto ambiental que ocorre com frequência, culturalmente, e também impacta





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

no meio ambiente. Aqui é questão de APP degradadas, que são os usos da agricultura e pecuária na faixa próxima aos riachos, então isso também gera impacto na qualidade da água, que a água é um bem comum. O meu uso particular da terra não pode necessariamente gerar um impacto para o que é um bem comum, que no caso é a água. E como eu falei, o assoreamento, que é essa deposição de solo de areia nos cursos hídricos. Bem, para além disso, o município de Luís Gomes também é muito rico ambientalmente e culturalmente, também na zona rural. Mas falando um pouquinho do que a gente trata de áreas de importância ambiental, a gente tem um conceito muito importante que é essa APP, que é a área de proteção permanente. O que seria isso? É uma área que deve ser protegida, na verdade ela é uma área que fica ao longo dos recursos hídricos. Ela deve ser protegida, sendo ela coberta com vegetação ou não, e tem uma função ambiental de manter a qualidade dos recursos hídricos, mantendo a qualidade dos recursos hídricos no sentido de preservação tanto da vegetação quanto da sua fauna. Então, cada área de proteção permanente varia de acordo com o tamanho porte do curso hídrico, ali tratado. Então, um rio que tem até 10 metros de largura necessita de uma faixa de proteção de 30 metros, um rio que tem entre 10 e 50 metros de largura, a faixa de proteção ao longo dele é de 50 metros e assim sucessivamente. Isso aqui é a normativa da Lei Ambiental Brasileira, o Código Florestal, a Lei 12.651 de 2012. A gente está pegando a lei e observando como ela se aplica no território. Aqui são as áreas de preservação permanente que a gente identificou aqui no município de Luís Gomes. Então elas são basicamente as áreas ao longo dos riachos e ao longo dos açudes. Pensando agora nos açudes, e a gente tem uma condição também segundo essa lei, quando se tem um açude voltado ao abastecimento ou a produção de energia, a área de proteção permanente ao longo dele tem que ser de 100 metros, para garantir que aquela água que é de bem público, ela seja efetivamente protegida. Aqui em Luís Gomes ainda a gente tem a área de preservação permanente de topo de morro, que são áreas definidas enquanto proteção, que ela não pode ter nenhum parcelamento do solo ou nenhum outro uso em função da sua condição topográfica. Então ela precisa ter uma altura específica da sua base até o topo e uma declividade específica, porque aqui ela acaba se tornando uma área de risco se a gente tem alguma ocupação nela. Então a gente também tem essas áreas restritas para uso lá na Serra do Pereiro. Serra do Pereiro não, perdão na Serra de São José (sic.). Aqui alguns exemplos de como está a condição dessas áreas de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

proteção permanente lá no Lulu Pinto e no açude de Araras. Então a gente encontra uma boa condição de preservação da vegetação a longo desses corpos de acumulação, mas também a gente tem alguns casos de áreas da APP degradadas. Aqui o açude do Zuca Fernandes próximo já à sede urbana, com uma característica de degradação aqui nas suas proximidades e aqui nas andas afluentes do Apodi-Mossoró, uso agropecuária. Para além disso, alguns elementos, alguns pontos específicos da zona rural que têm um interesse ambiental e histórico para o município cultural. A gente tem alguns elementos deles naturais, e aí são vários outros. Aqui eu cito a Cachoeira do Relo e a Serra de São José e de elementos culturais, o engenho Coati, que trazem também turistas que chamam a atenção para o município, o Mirante Alto Serrano e o Alto do Tabor. Aqui a gente tem esse engenho que tem uma importância muito grande lá na comunidade do Coati, e quando se faz a moenda da cana as pessoas vão lá visitar e adquirir os produtos derivados da cana. Aqui a gente tem uma foto da Cachoeira do Relo. Aqui a vista do Mirante do Alto Serrano, visualizando aqui a região entre Uiraúna e Paraná. Então é uma vista muito bonita e é um ativo muito importante para o município que atraí pessoas. Aqui é o Alto do Tabor, também da sua importância cultural e religiosa. E aqui é a Serra São José pela sua vista cênica, pelos usos de atividades que as pessoas fazem em trilha, as pessoas fazem em rali naquela região, então ela também é um ativo muito importante para o município e precisa todos esses elementos de uma proteção e de uma atenção para o fortalecimento tanto das suas atividades quanto a proteção delas. E o último tópico que eu abordo aqui em relação ao ambiente da zona rural, ela fala de estradas. Estradas que foi um tema recorrente, abordado nas Leituras Comunitárias e desde o primeiro contato que a gente teve no município, as pessoas chamavam a atenção para a condição das estradas na zona rural. Andando pelo município inteiro, como eu andei, eu encontrei várias condições de estradas esburacadas, algumas estradas muito estreitas, desenvolvimento de processos erosivos, que são aqueles rasgos na estrada, quando ocorre uma chuva e isso dificulta muito o transporte de pessoas e de produtos. Uma condição específica também de necessidade de passagens molhadas em várias regiões, isso foi tratado nas Leituras Comunitárias e eu observei em campo. É, já mais para a área, aqui ao sul da cidade, as rodovias, elas apresentam alguns pontos de degradação, a RN 177, que dá acesso ao município também tem uma condição que não, está longe da ideal, na verdade (*sic.*). Aqui nesse mapa estão distribuídos os pontos onde as





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

estradas tocam nos rios. Então pela quantidade grande de pontos vermelhos que a gente tem aqui no município, são as áreas onde precisa-se ter uma atenção, para por exemplo, instalação de passagens molhadas, ou onde tem alguns que já tem, e onde precisa ter uma atenção porque é o cruzamento de uma estrada com um riacho. E aqui é um *croqui* que a gente propôs pra cá pela primeira vez, a gente não tinha feito nesse modelo antes, que é uma caracterização da condição da estrada em geral. A gente tem aqui o que está em verde, está numa boa condição, que são pequenos trechos na verdade, isso na zona rural. Basicamente, aquela estrada que leva a Cachoeira do Relo, que está pavimentada, geralmente são as que estão em boa condição, são as áreas que estão pavimentadas, ou a BR lá em Baixio e alguns outros pontos que se encontram já pavimentados. Tem uma ladeira pavimentada antes de chegar em Lagoa de Pedra, tem uma área que está pavimentada antes de chegar nas Baixas, tem algumas áreas que elas já observaram o recebimento dessa infraestrutura. Algumas áreas também estão em condição satisfatória, que elas estão em amarelo, são as áreas um pouco menos declivosas ou que, em alguma medida, elas apresentaram na época do campo uma manutenção que não fazia tanto tempo. E o grande problema, a condição geral das estradas rurais, que é, a grande maioria do município em vermelho, que são as estradas que apresentam uma má condição. Tanto pela época chuvosa que a gente está no ano, as estradas de terra geralmente sofrem muito impacto nesse sentido, mas essa é o espelho, é o retrato da condição atual das estradas. Esse mapa vocês podem acessar com maior detalhe no Diagnóstico, é importante vocês consultarem isso, pra ver se está representativo em relação à sua comunidade, se a condição da estrada está contemplada de forma correta. Aqui alguns exemplos dessas estradas, do que eu notei em campo, algumas estradas estreitas lá na Serrinha, ou degradadas também na Serrinha. Uma área que a gente não pôde acessar em função do riacho que está passando por cima da estrada, então aqui não tinha mais condição de tráfego. Então, a gente não conseguiu acho que fui na comunidade do Cirino, não conseguimos ir na época que tinha chovido no dia. Aqui tem algumas estradas para chegar ali no Coati, aquela ladeira enorme lá para chegar nas Araras. Aqui muitos processos erosivos também lá em Barra, Boqueirão de Cima. Algumas áreas que podem favorecer o desenvolvimento de um atoleiro lá na Lagoa do Mato, por conta da deficiência da drenagem, então a gente não tem a drenagem adequada para escoar essa água e fazer com que a estrada tenha uma condição boa de





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

trafegabilidade. Porém, também a gente tem bons elementos. A gente tem alguns acessos que já estão pavimentadas aqui, por exemplo, no Distrito São Bernardo, na localidade Serrinha, que ela já precisa de alguma manutenção, pois já tem, já apresentam alguns buracos. É um trecho pavimentado ali que dá acesso ao Coati e Lagoa do Mato. E essa aqui é uma ladeira para chegar na Lagoa de Pedra, que ela também foi pavimentada e aparentemente recentemente, porque está numa condição bem boa. Então é necessário que essas medidas aqui, elas sejam distribuídas mais efetivamente ao longo do município. Bem, caracterização territorial foi essa. Eu vou passar agora para o urbanista que ele vai tratar das relações do município de Luís Gomes com seus municípios vizinhos.”

Arquiteto e urbanista (CMT Engenharia) Klinton Melo: “Bom dia, pessoal. Me chamo Klinton, sou arquiteto e urbanista. Fico responsável pelas áreas urbanas. E aí a gente também faz uma análise das relações entre as cidades, né? A regional, né? E essa é a última apresentação antes do bloco, finalizando esse primeiro bloco, né? Pra (sic) gente abrir pras (sic) perguntas e aí relacionadas a tudo isso que já foi apresentado até agora (sic.). Certo? Então, a minha temática agora vai ser sobre as relações intermunicipais, a REGIC. Essa análise surge a partir de um conceito da geografia, que é a rede urbana, que tem o entendimento de que as cidades são interdependentes, que significa que as cidades têm relações de interações, de dependência, por exemplo, uma cidade que oferece um serviço de saúde e ela se torna referência para uma outra cidade, relações culturais, atividades esportivas que tem entre as cidades da região. E a partir disso, o IBGE faz um estudo, se chama REGIC, as relações intermunicipais, que categoriza as cidades brasileiras e cria uma espécie de hierarquia entre as características e o tipo de serviços que elas oferecem e as interações que tem entre as cidades. Então, essa hierarquia são cinco. A primeira, que seria as grandes cidades, geralmente são as capitais de grande porte, que passam por um processo de conurbação e acaba se juntando com outras cidades também da região, que são as metrópoles. Em segundo lugar, nós temos as capitais regionais. Em terceiro, o centro subregional. Em quarto lugar, centros de zona. E por último, nós temos os centros locais, que são as cidades de menor porte. Certo? Aqui é um mapa representativo de como é essa representação de relação entre as grandes cidades, as médias e as pequenas. Então nós temos aqui as relações que Luís Gomes tem com as cidades da região e do Nordeste de um modo geral. Luís Gomes tem relações com muitas





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

idades daqui da região que também são classificadas como centro local. Luís Gomes é classificado como Centro Local, que é aquela última da hierarquia, e ela se relaciona com muitas cidades da região que também são centros locais, principalmente as relações são baseadas em atividades culturais e atividades esportivas. Então tem relações com José da Penha, Paraná, Venha Ver, Riacho de Santana, Rafael Fernandes e Major Sales. Todas essas em atividades culturais e atividades esportivas. Isso aqui é apresentado pelo IBGE. Pode ser que exista outras cidades que vocês também podem identificar, mas isso aqui é, o que é apresentado pelo IBGE, segundo a REGIC. Nós temos também a Alexandria, também classificada como Centro Local, e já é identificado como referência para serviço de saúde de baixa, média complexidade. Temos Tenente Ananias, também como Centro Local. também tem essa relação de serviços de saúde de baixa e média complexidades. Uiraúna, na Paraíba, já é um município que tem maior influência, que a população de Luís Gomes busca atividades para compra na parte comercial, na busca de produtos de vestuário, calçados, eletrodomésticos, compra de imóveis. Também tem relações nas áreas de atividades culturais e esportivas e na parte de transportes interurbanos, quando precisa de pegar um ônibus ou alguma coisa nesse sentido, Uiraúna é tido como referência. E por fim, tem também na parte de comunicação, de rádio. Temos também Sousa na Paraíba, que também é uma das principais referências para Luís Gomes, também na parte comercial, na compra de vestuários, calçados, eletrodomésticos, a parte de serviços de saúde de baixa e média complexidade também, transportes interurbanos e para aquisição de maquinários e implementos para a produção agropecuária. Sousa é tido como essa referência. Pau dos Ferros é a principal referência em relação ao oferecimento de serviços, tem todas essas também da parte comercial, a parte de serviços de saúde de baixo, média complexidade, as atividades culturais, oferta de ensino superior, muitos estudantes saem daqui para estudar em Pau dos Ferros, e também para aquisição de maquinários e implementos para a produção agropecuária. Temos também Cajazeiras como referência para parte de educação, de estudantes que saem daqui para fazer o ensino superior em Cajazeiras. Por fim, nós temos Mossoró, Capital Regional, que já oferece serviços de baixa, média e alta complexidade. A população também busca Mossoró para aquisição de maquinários e implementos para produção agropecuária e também a referência para parte de comunicação com rede de rádio e jornais de circulação. Juazeiro do Norte é tido como referência





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

para a parte de transporte aeroviário, por conta do aeroporto regional. A capital Natal, que também é classificada como Capital Regional, é tido como referência para serviços de saúde de alta complexidade. Tem também a referência para educação de ensino superior a questão de transporte, tanto interurbano de ônibus, como também aeroviário pelo Aeroporto Internacional e na parte de comunicação como centralidade de rádio e televisão. E por fim, nós temos Fortaleza, que é a maior, é uma metrópole e as relações se restringem basicamente a parte de transporte aeroviário por conta do Aeroporto Internacional. Então nós temos aqui um mapa com a espacialização dessas relações, todas as cidades que estabelecem as principais relações com Luís Gomes e a hierarquia entre elas, certo? E aí a gente finaliza agora esse bloco e abre para vocês fazerem perguntas, se tiverem críticas ou alguma colocação que achem importante para essas temáticas que já foram apresentadas, tanto do Dr. Wellington, quanto do João e essa minha última agora aqui, antes da gente dar o seguimento para a parte urbana. Alguém quer falar?”.

Após as apresentações, foi aberto o espaço para a participação popular dos cidadãos e das cidadãs presentes, para que pudessem expor seus posicionamentos e questionamentos acerca dos temas tratados.

Coordenadora Camila Andrade: “Perguntas, críticas, sugestões? Vocês estão entendendo as apresentações? Ninguém quer falar?”

Neste momento, foi iniciado o segundo bloco de apresentações do Diagnóstico Municipal do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN, destinado à apresentação dos temas Uso e Ocupação do Solo Urbano e Saneamento Básico e Outras Infraestruturas.

Arquiteto e Urbanista (CMT Engenharia) Klinton Melo: “Podemos dar continuidade, pessoal? Tá certo. Bom, então agora eu vou falar especificamente da área urbana, tá? Eu vou começar falando sobre a sede municipal e depois eu passo pra parte do distrito São Bernardo. São as áreas urbanas que são identificadas no município de Luís Gomes. Aqui nós temos um mapa identificando essas áreas. A Sede Municipal está aqui ao sul do município. O distrito São Bernardo está um pouco ao sudoeste. E aqui nós temos um mapa com a evolução urbana da cidade de Luís Gomes. Luís Gomes foi uma cidade que foi fundada ainda no século 18, né? É uma ocupação antigas, se for olhar o histórico da urbanização do Brasil, a maioria das cidades começaram a se desenvolverem mais,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

principalmente no século passado, e Luís Gomes já apresenta uma história desde o século XVIII. Então, na década de 1750, a cidade tem como marco de fundação 1756, com a chegada de Luís Gomes e o escravizado Jacó. E esse desenvolvimento começou a ocupação territorial, começou justamente aqui no Centro, essa região próxima aqui da igreja, e o desenvolvimento da cidade se deu de forma tímida também. O Luís Gomes chegou, deixou o escravizado Jacó, segundo a história, ele voltou pra Caicó. A cidade foi se desenvolvendo, depois ele voltou com mais pessoas e a cidade foi crescendo assim, mas foi crescendo de forma tímida também. Então até o século passado, por mais que seja muito antigo, a ocupação se deu ainda nessa parte central, até aproximadamente entre 1910 e 1920, a cidade se conteve nessa parte em rosa aqui. E durante os anos seguintes a cidade foi se desenvolvendo, se espraiando, então essa parte central aqui a gente tem um recorte segundo o que a gente, pelas entrevistas que nós fizemos e o que a gente conseguiu encontrar de registros históricos. Entre 1920 e até 1999 a cidade ela teve a maior parte, essa parte que está em laranja aqui. Aqui vocês podem identificar. Aqui está a RN-177, a avenida Senhora Santana. Essa parte aqui é onde fica o Conjunto Guilhermão. Então aqui é a entrada da cidade. Aqui está o Centro. Essa parte aqui é onde fica o campo de futebol, o estádio. Então tem essa parte central, para onde vai para o sítio Coati. Essa parte aqui vai para a Cachoeira do Relo. E a cidade se desenvolveu dessa forma. Já nos anos 90, final dos anos 90, começou a se expandir para o lado leste da cidade, então surgiu o bairro São José e o Sol Nascente. Posteriormente também teve o bairro Mirante. Eu esqueci que tinha umas fotos aqui (*sic.*). Então nós temos aí o bairro Sol Nascente e posteriormente tivemos aí o conjunto Cidade Nova, já em 2012. O conjunto Guilhermão, ele é entre 2005 e 2006. E por fim, nós temos os últimos bairros que ainda estão em processo de expansão, que estão sendo ainda ocupados. Temos o Deda Torquato e o José Pereira de Sá. Além também dessa parte aqui que já fica bem na divisa entre os estados do Rio Grande do Norte e a Paraíba, que também é uma área que está ainda sendo ocupada. Vou falar um pouco aqui sobre a questão da regularização fundiária. Regularização fundiária surgiu nessa política, ela surgiu principalmente como atenção especial às áreas ocupadas por população de baixa renda, que estavam situadas em áreas de risco, então foi uma demanda que surgiu pela necessidade de uma regularização do território urbano e é uma política que é regulamentada pela Lei 13.465 de 2017. E ela consiste num conjunto de medidas que passam pela parte jurídico legal, porque faz





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

um apanhado de documentar e de trazer uma regularização de fato legalmente de você ter a propriedade do imóvel. Passe por questões urbanísticas ambientais, porque a partir dessa regularização facilita né, a gestão e a implementação de políticas dentro do território, a partir do momento que ela está regulamentada, você consegue identificar quem é o proprietário e a partir disso você consegue gerir a política urbana, e também pela questão social, de adequar a ocupação e de direcionar políticas, de levar uma pavimentação pra uma área que está regulamentada. Isso traz obrigações ao poder público de gerenciar melhor o espaço urbano. Então, a regularização fundiária passa por esses três, esses são os três principais pilares e por isso a importância da regularização fundiária no espaço urbano. Explicando agora um pouco sobre a estrutura socioespacial da cidade de Luís Gomes. Luís Gomes, ela possui um perímetro urbano vigente que é de uma Lei de 1990, certo? Essa Lei delimita um espaço, um perímetro, né? Que esse perímetro que está em amarelo pontilhado aqui, é o que determina a Lei de 1990. E como vocês podem ver nós temos aqui a área urbana consolidada, que é onde a cidade de fato ocupa atualmente, como que ela se ocupou no território. Vocês podem perceber que a ocupação já extrapolou em alguns pontos esse perímetro urbano que era definido pela Lei. Então a gente pode nos inferir que a Lei está um pouco ultrapassada. E para além disso, tem uma outra problemática, que eu acho que vai ser a principal questão uma questão de conflito territorial, acho que a principal problemática urbana que Luís Gomes vai enfrentar é a questão entre os limites dos estados, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, porque a cidade acabou crescendo e entrando no território paraibano, e isso dificulta o gerenciamento do poder público municipal porque ele não pode fazer políticas sendo que lá é um território do município vizinho, então é necessário a gente vai teremos que ter um cuidado para vir com as propostas para resolver essa questão aqui (*sic.*). Então por isso que o planejamento urbano é importante também para saber direcionar as políticas e mitigar essas questões que aparecem. E aí a questão é que essa legislação de 1990 na época não se atentaram a essa questão do perímetro entre os estados, entre a divisa dos estados. Então a Lei de 1990 ela entra dentro do perímetro de Uiraúna. Ela acaba extrapolando os limites entre os estados e a Lei Municipal de Perímetro Urbano ela está de certa forma equivocada em relação ao perímetro entre os estados, entre os limites. Aqui nós temos um mapa com a divisão dos bairros existentes na cidade, esses que eu apresentei com a evolução urbana, e aqui vocês podem visualizar como





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

que eles se encontram atualmente nessa divisão de bairros. E em relação à densidade demográfica a cidade de Luís Gomes, ela apresentou uma baixa densidade demográfica, segundo análises urbanas, existe um parâmetro de avaliação utilizado por urbanistas aqui no Brasil para identificar se a densidade demográfica. O que é a densidade demográfica? É quando você avalia a quantidade de pessoas por metro quadrado, por extensão de terra. E aí se tem muitas pessoas dentro de uma área menor, quer dizer que a densidade demográfica é grande. E se a ocupação é mais espalhada no território, quer dizer que a densidade é baixa. E aí a gente avaliou a situação de Luís Gomes, a ocupação considerando 141.96 hectares da área urbana consolidada, a gente utilizou a atualidade, o perímetro de ocupação atual e a quantidade de habitantes existente, que é de 5.816 em área urbana, nós temos aí 40,96 habitantes por hectare, e aí esse é um valor que a gente pode inferir, que é uma densidade baixa e indica uma ocupação regular, né? Uma ocupação predominante, predominantemente horizontal, né, espalhada (sic.). Então, também possui muitas áreas vazias disponíveis para serem ocupadas e isso possibilita uma adequada distribuição de equipamentos urbanos, de implementar equipamentos comunitários e a infraestrutura adequada na zona urbana. A morfologia urbana da cidade, ela apresenta uma característica dela, né? É que o centro da cidade concentra as principais atividades comerciais, o que é comum da maioria das cidades, as principais atividades comerciais e de serviços, enquanto os bairros têm predominantemente o uso residencial. Então aqui a gente trouxe alguns exemplos de fotos do comércio existente no centro da cidade. Os equipamentos comunitários, eles também, a maioria se concentra do centro da cidade, mas também foi encontrado nos bairros alguns equipamentos. Então nós temos aqui o hospital, escolas, ginásio poliesportivo e a Fundação Cultural Francisca Fernandes. Em relação à tipologia dos imóveis, a maioria dos imóveis aqui possuem um padrão construtivo médio, mas também foram encontrados imóveis de alto padrão construtivo e também imóveis de baixo padrão construtivo, principalmente nas áreas mais afastadas do centro, nas zonas periféricas do município, mas prevalecem os imóveis de um médio padrão construtivo. Em relação aos assentamentos precários, considera-se os assentamentos precários as áreas urbanas que são consolidadas já, já existem uma ocupação ali, que são desprovidas de uma infraestrutura adequada. De pavimentação das calçadas das vias, o saneamento básico é precário, também casas de baixo padrão construtivo, então são formas de a gente identificar o que é



35
ATA/APODI/C12/988-24





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

assentamento precário, ou até mesmo questão de violência urbana. Tudo isso são (sic) indicativos de um assentamento precário que depois vai auxiliar para a gente direcionar políticas públicas na parte que a gente for fazer as propostas. Por isso, que é importante a gente fazer essa identificação e algumas áreas da cidade foram identificadas, a gente tem quatro áreas identificadas como assentamentos precários, e isso não quer dizer que isso é para o nosso planejamento, do Plano Diretor que é um planejamento para os próximos dez anos, não quer dizer que é uma coisa que é fixa no tempo e que vai ser para sempre assim. A partir do momento que se melhorar isso, quando tiver uma revisão do plano diretor no novo zoneamento, vai direcionar, vai rever isso e modificar essa definição aqui. Em relação aos valores e tributos do município, embora o Código Tributário faça uma menção a uma planta genérica, no documento não existe um anexo de uma planta de fato, mas existe um quadro com o nome dos logradouros e os valores referentes a cada uma dessas áreas e esses valores geralmente variam pelo valor venal do imóvel e pela infraestrutura do entorno. Nesse quadro, existem poucas variações de valores, basicamente dois valores e alguns outros logradouros que tinham um valor diferenciado. É, e aí a base do cálculo do imposto é baseada no valor do imóvel multiplicado pela alíquota de 0.5 para edificações, para prédios construídos e 1% pra terrenos. E essa alíquota é referenciada a partir da unidade fiscal de referência, que é regulamentada pela Lei 394 de 2017 e alterada pela Lei 067/2001. Quer dizer, ela altera a Lei 067/2001 e ela é referenciada e atualizada anualmente pelo Índice Nacional dos Preços do Consumidor Amplo Especial, o IPCA, que é um valor nacional, certo? E aí nós temos aqui, em relação aos valores dos imóveis, o valor de compra e venda dos imóveis, nós temos tanto do imóvel construído quanto dos terrenos, e isso aqui é uma média do que foi apresentado pra gente. Então, a gente percebe que o centro tem um valor mais alto, os imóveis variam entre 60 e 120 mil reais. No bairro São José ficam em torno de 20 mil. São José e Sol Nascente em torno de 20 mil. O bairro José Pereira de Sá em torno de 60 mil e José Jader Deda Torquato em torno de 80 mil. No distrito de São Bernardo o valor também fica em torno de 20 mil reais o valor de um imóvel construído. A média dos valores de terrenos no centro, a média de 60 mil, bairro São José e Sol Nascente em torno de 5 mil, José Pereira e Deda Torquato 20 mil, e no distrito de São Bernardo também 5 mil. E esses valores aqui também são influenciados, eles influenciam também a questão do IPTU, porque ele também vai falar sobre a questão da





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

infraestrutura que tem nessas regiões, nessas localidades. Bom, Luís Gomes também possui é, muitas áreas, lotes vazios né? Isso é uma questão de conflito de uso do solo, porque não é interessante que o município, em áreas que já possuem uma infraestrutura adequada, que ela disponha de muitas áreas vazias, né? Porque se a cidade ela estivesse desenvolvendo, se existe um terreno vazio que não é dado um uso pra ele, as pessoas começam a ter que ir pra áreas cada vez mais distantes, gerando um custo também pro Poder Público pra levar infraestrutura pra essa área que mais distante sendo que o centro da cidade possui terrenos disponíveis que poderiam ser ocupados, poderiam ser habitação, poderiam ser comércio, né? Então é interessante que os centros urbanos eles sejam utilizados e por isso a gente faz essa leitura aqui também de analisar onde estão situados os vazios urbanos. Então nós temos aqui fotos de imóveis abandonados, de terrenos em áreas já adotadas de infraestrutura. Nós temos ali aquele galpão da CIBRAZEM, que é um grande equipamento que poderia ter uma utilização e de terrenos também ao longo da cidade, em áreas que já possuem uma infraestrutura e que atualmente estão sem uso. E é interessante a gente pensar qual a melhor forma de gerenciar esses espaços. Em relação ao conflito do solo em área de preservação permanente, não foram identificadas na área de Luís Gomes muitos casos, na verdade a gente só encontrou um na área do riacho próximo ao Riacho da Pá, ali na avenida Senhora Santana, de uma área em que existem ocupações, existem algumas casas que estão no entorno imediato desse corpo hídrico e isso configura um conflito de uso do solo, justamente porque está em desacordo com a Lei o nosso Código Florestal. Então, isso aponta uma irregularidade e conflito de uso do solo. Nessa mesma área também foi identificada, foi nos indicados na verdade, porque a gente não presenciou, mas foi nos indicados que, é uma área que tem um histórico de alagamento, justamente onde passa o Riacho da Pá. Essa é uma canaleta por onde eventualmente a água extravasa e acaba gerando um alagamento nessa área aqui. Então é uma questão de drenagem urbana que também a gente precisa ter essa atenção, certo? Bom, aqui é a principal questão que eu comentei agora a pouco com vocês, que é, ao meu ver, que é a principal problemática do município de Luís Gomes, que é a questão do conflito territorial relacionado ao limite entre os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Nós temos aqui, próximo ali ao cemitério, seguindo a rua da Prefeitura, a rua da caixa d'água ali, se você seguir reto vai ter um loteamento próximo à área já ocupada. E essa área aqui é um novo loteamento



32
ATA/APODI/C12/998-24





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

que já possui algumas casas lá e é uma área que dispõe de uma infraestrutura que foi a Prefeitura de Luís Gomes que dotou, ela que fez. Existem placas de sinalização da Prefeitura de Luís Gomes, a distribuição de água, distribuição de energia é feita pelo Rio Grande do Norte e ela está dentro do território paraibano. Então isso configura também um conflito territorial, assim como também algumas áreas ali, do outro lado da Avenida Senhora Santana, em relação ao conjunto Guilhermão, aquele outro lado também está dentro do território de Uiraúna. Essa parte aqui é menos problemática porque ela está numa área que já possui infraestrutura, a avenida corta ali e não tem tantas ocupações. Mas essa questão dessa parte aqui é mais problemática porque existe a oferta de terreno. O que é que acontece? Se o Poder Público de Luís Gomes não pode direcionar investimento para essa área porque aquele território não pertence ao município, pertence ao Uiraúna, o que acontece? O valor de mercado desses terrenos tende a cair. Tendendo a cair, a ocupação pode ocorrer de forma desordenada, porque pessoas de menor baixa renda começam a ocupar o território de uma forma desordenada, não tem como Poder Público investir naquela área, então gera uma precarização desse território aqui e pode gerar uma problemática futuramente. Então é necessário que exista uma política entre os dois municípios para resolver essa questão aqui e mitigar e a gente que enquanto planejadores, né? A gente só pode fazer um planejamento dentro do território de Luís Gomes, a gente não pode extrapolar esse limite, né? Então a gente vai fazer propostas pegando justamente o limite territorial entre os dois estados e vamos direcionar algumas propostas também pra que se resolve essa questão aqui da parte que extrapolou para o território paraibano. Até porque as pessoas que moram ali se identificam como moradores de Luís Gomes. Então tem toda essa problemática também identitária. Aqui são algumas fotos dessa situação que eu apontei para vocês. Existem lá ainda ofertas de terreno, tem placas de venda do terreno, existem ocupações de moradias com uma boa estrutura, existe iluminação pública, existe distribuição de água. Aqui é uma placa mostrando que Luís Gomes fez essa, existe uma placa que a Prefeitura de Luís Gomes fez com o nome da rua e a placa com nome de Luís Gomes (sic.). E aqui já é essa parte próximo ali a Avenida Nossa Senhora de Santana, que um lado da Avenida pertence a Luís Gomes e outro lado pertence à Paraíba, Uiraúna. E aqui é um mapa com todas essas questões que eu apontei para vocês, com todas as questões dos conflitos territoriais existentes, a questão da área onde está a APP, nós temos aqui a parte onde se





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

concentram os principais comércios de serviço, nós temos aqui em roxo onde foram identificados os assentamentos precários, que depois na área de proposta a gente vai direcionar políticas específicas para essas áreas, certo? E temos também as áreas de expansão urbana, que é justamente onde identificamos, onde ainda existe oferta de terrenos, espaços vazios, que são esses lotes em rosa aqui, tá certo? E aí vocês podem dar uma olhada no mapa, aquele mapa ali, se vocês quiserem olhar mais detalhadamente de perto, aquele mapa ali que eu estou apontando um laser (*sic.*). Sim, fui lembrado aqui, vou identificar para vocês onde estão os assentamentos precários. No bairro Sol Nascente foi identificado uma área que está precária de infraestrutura, então a gente está direcionando lá como assentamento precário. No bairro Jader Torquato, em uma área que também já existe uma ocupação consolidada e também está carente de infraestrutura, tanto no sistema viário quanto de saneamento básico. Nessa região aqui que é identificada ainda como centro, mas que por estar muito próximo do limite entre os estados, como não existe uma identificação física, que não se pode visualizar onde é exatamente o limite, acho que as pessoas também ficaram com medo de investir naquela área. Então ela também está com características precárias, de falta de arruamento e de saneamento. E na região próxima ali ao cemitério, é uma área já consolidada, com ocupações que já são até mais antigas. Mas o sistema viário, existem muitas ruas apertadas ali, as casas muito próximas, existe um adensamento populacional lá também e a gente também está direcionando essa questão do assentamento precário, justamente também pra conter esse avanço para o lado da Paraíba, certo? Os bairros onde a gente está identificando área de expansão urbana, onde tem se expandido nos últimos anos e a tendência que continua se expandindo, no bairro Jader Torquato e no bairro de José Pereira de Sá, onde está tendo oferta de terreno, já existe arruamento, já existe uma infraestrutura básica lá e que às vezes falta apenas, à medida que fosse desenvolvendo e ocupando esse território, o poder público vai direcionando o recurso para pavimentação de vias, para adotar de uma infraestrutura nessas áreas (*sic.*). Bom, falando um pouco agora sobre a questão do patrimônio cultural material, é uma questão muito importante porque é uma questão da forma que a população de Luís Gomes também se identifica com a sua história, com as raízes do município. E aí nós temos formas de proteger esse patrimônio, certo? Então nós temos os órgãos protetores dos bens patrimoniais na esfera nacional nós temos o IPHAN, que é o Instituto





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na escala, na esfera estadual, nós temos a Secretaria do Estado da Educação e Cultura, e na esfera municipal nós temos a Secretaria Municipal de Cultura. Nós temos dois tipos de bens culturais. Nós temos os bens materiais e os imateriais, ou tangíveis e intangíveis. Os bens materiais são exatamente os de natureza física, são aqueles que você pode tocar, você pode ver, eles ocupam um espaço no mundo real. E nós temos também os bens intangíveis, que são conceitos técnicos, a forma de fazer, uma forma de fazer um artesanato, uma culinária específica. Então, essas são duas formas de conceituar o que é um patrimônio cultural. Aqui nós vamos falar especificamente, como a gente está falando da área urbana, a gente vai falar especificamente dos bens materiais que precisam de uma preservação a gente foi identificado. Aqui nós trouxemos apenas algumas fotos para ilustrar, mas existem muitas edificações, principalmente aqui no centro, que são edificações que têm um valor cultural, arquitetônico, que têm uma caracterização, que marca um período no tempo e que a população daqui se identifica com essas edificações. Então nós temos uma Sede da Fundação Francisca Fernandes que tem uma influência arquitetônica do estilo colonial e eclético. Nós temos a própria igreja matriz da Senhora Santana, que tem uma arquitetura no estilo neogótico. É uma das edificações que tem, que está de pé, das mais antigas do município. Ela ocupou o lugar da antiga capela, que foi quando a cidade foi fundada. Nós temos a fachada desse imóvel que tem influência do *Art Déco*. Esse imóvel atualmente só tem a fachada dele, né? Mas ele também tem uma importância histórica aí de que a colônia Prestes foi onde que a colônia Prestes ocupou, quando ela passou aqui pelo território, então, tem esse recorte também da história de que tem uma relevância nacionalmente, que a Colônia Prestes foi um evento, que teve um evento histórico que teve uma importância nacional. Temos também aqui outra casa no estilo eclético, situada aqui no centro, e o próprio mercado público também que tem uma arquitetura no estilo *Art Déco*, e tem, além da função social que ela tem na cidade também tem essa importância histórica, né, de reconhecimento, de pertencimento que traz para a população de Luís Gomes. Falando um pouco sobre a estrutura viária, tá, nós fizemos uma leitura aqui e nós utilizamos o Código de Trânsito Brasileiro como referência, mas a gente não empregou aqui as hierarquias de vias que é utilizado pelo Código de Trânsito Brasileiro. Porque isso é um estudo que precisa ser minucioso, ele demanda de mais tempo de análise e que a gente se conteve aqui em identificar





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

especificamente a característica de função das vias, e não exatamente de toda aquela questão que em global é muito mais complexo de se fazer seguindo esses parâmetros que é definido pelo Código de Trânsito Brasileiro e que a gente não tinha esse tempo para o nosso trabalho. Então nós identificamos aqui as vias principais, que estão identificadas em amarelo, elas têm a função justamente de direcionar o fluxo, são as vias principais da cidade, é onde tem o maior fluxo de pessoas, onde os serviços e o comércio se concentram, certo? E aí ela vai direcionar os principais fluxos da cidade. Temos as vias secundárias, que elas fazem o papel de intermediar a função entre as vias principais e as terciárias, de direcionar para as outras áreas, para os bairros da cidade. As vias terciárias, elas já têm um papel local, geralmente quem utiliza ali é quem são os moradores daquelas ruas, são vias de menor porte e temos as vias pedonais, existem muitas vias identificadas aqui no município que elas ficam entre os quarteirões e fazem esse papel de diminuir o percurso para os pedestres, certo? Ela também acaba sendo uma extensão da casa das pessoas. Muita gente estende uma roupa ali, então ela tem uma via de menor porte e a gente está identificando como via pedonal. E além disso, nós temos também as vias sem pavimentação. Geralmente essas vias ficam nas áreas periurbanas do município, mas elas também podem estar inseridas, como foi identificado aqui em Luís Gomes, vias sem pavimentação ainda dentro da área urbana consolidada, certo? Como tudo que eu estou falando aqui, tudo está bem mais detalhado no documento de diagnóstico. Em relação ao conflito de tráfego dos automóveis, Luís Gomes possui um quantitativo considerável de automóveis, isso aqui é um dado apresentado pelo IBGE de 2022, que é o quantitativo de automóveis no município. Então, nós temos aqui um total de 3.157 automóveis, considerando todos os tipos, desde carro, caminhão, motos, 3.157 automóveis e identificamos também alguns conflitos de tráfego dentro da cidade, principalmente relacionado ao estacionamento de forma irregular, que dificulta a passagem das pessoas tanto do pedestre como do próprio sistema de trânsito da cidade. Então, nós trouxemos algumas fotos aqui para identificar. Estacionamento regular na rua José Fernandes Queiroz e Sá. A gente acredita que justamente seja pelos usos, pelos serviços que são oferecidos ali, tem a lotérica, tem duas escolas, tem o centro de saúde, tem o Fórum, então é uma área que foi identificada que existe esse conflito de trânsito. Na rua Mãe Regina também foi identificado estacionamento irregular, também por conta dos serviços que são prestados ali, relacionados a oficinas, lojas de carros, lojas





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

de peças de carros, então os carros eles estacionaram de forma irregular. E também na praça Valdeci Gomes Pascoal foi identificado que os carros do poder público, da Prefeitura ficam estacionados lá, então é ideal que esses carros tenham uma garagem específica para esse tipo de automóvel, porque acaba gerando um conflito de uso mesmo daquele espaço. A praça foi construída para que, enfim, para as pessoas passearem, para as crianças brincarem, e não é interessante que tenha estacionados ali caminhões, carros, ônibus, estacionados ali no entorno imediato da praça. Em relação à mobilidade urbana, Luís Gomes não existe o serviço de transporte público, com exceção do transporte escolar que rola dentro do município. E como alternativa para os deslocamentos, existe o serviço de mototáxi que presta serviço no município e também tem os carros de passeio que fazem o serviço de um transporte alternativo para circular tanto dentro do município quanto para fazer pequenas viagens aqui na região. Os mototaxistas geralmente eles estacionam ali na região central, então não existe uma padronização, um local específico para a prestação desse serviço e eles estacionam ali também muitas vezes de forma irregular, então é preciso também ter um direcionamento de uma política voltada para esses prestadores de serviços. Eles ficam geralmente parados ali próximo à praça Jader Torquato. E complementando aqui a questão da mobilidade urbana, a gente fez uma análise sobre as distâncias e o tempo que as pessoas levam andando a pé, dos extremos da cidade até o centro onde são oferecidos os principais serviços, que é onde as pessoas geralmente precisam de ir. Então a gente tem aqui algumas distâncias relacionadas com o tempo e o maior percurso que encontramos foi saindo do Sol Nascente que leva quase meia hora, são vinte e oito minutos de caminhada, considerando o sol quente, pessoas que têm baixa mobilidade, uma pessoa idosa que precisa fazer esse trajeto e não tem a condição de ter um carro, ter uma moto ou até mesmo de pagar um moto taxista, andar todo esse percurso aqui não é interessante. Então é necessário também que exista uma política voltada para a mobilidade urbana e prover a estrutura urbana de que ela seja mais confortável para o caminhar, que tenha um sombreamento adequado, que tenha árvores com boa sombra, que as calçadas sejam adequadas. Apresentar agora aqui (*sic.*). A maior distância identificada foi do Sol Nascente pro Centro, cerca de 1.8 km, 28 minutos. Então é uma longa caminhada. Mas existem outras, né? Tem caminhadas de 20 minutos, 21. A mais curta, pegando do extremo, foi de 11 minutos. Que foi identificada, certo? Caminhando debaixo do sol quente,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

10 minutos viram uma eternidade, né? (sic.) É importante destacar também que a cidade não foi identificada e não foi relatada também a cultura do uso da bicicleta. Acho que é uma coisa que provavelmente se perdeu no tempo. Mas também não foi encontrado um incentivo para esse modal. A infraestrutura urbana não oferece uma infraestrutura adequada, como uma ciclovia, uma ciclofaixa, para incentivar a população a utilizar a bicicleta e inclusive resolver questões tanto da mobilidade urbana quanto de trânsito também, que é possível. Tem uma brincadeira de que a bicicleta é o transporte do futuro, porque muitas cidades, das grandes cidades do mundo, voltaram a adotar a bicicleta como um principal meio de transporte, porque ela beneficia a saúde, ela facilita a mobilidade urbana, diminui a poluição tanto do ar quanto do sonora, e diminui a questão dos conflitos de trânsito também. E complementarmente, junto com a mobilidade urbana, a gente tem a acessibilidade, que é a qualidade das calçadas, como que as pessoas caminham pela cidade, as pessoas que têm dificuldade de se locomover, as pessoas com deficiência (PCD), os idosos. Aqui em Luís Gomes foi identificado que existe uma quantidade considerável da população PCD. Então, é importante que a gente também pense na qualidade das calçadas. Aqui temos algumas fotos para ilustrar essa questão, mas isso foi identificado em quase toda a extensão da área urbana, de calçadas com muitos desníveis, sem pavimentação, com obstáculos, certo? E em áreas onde foi identificado uma que foi feito (sic), por exemplo, a sinalização podotátil, pensando na acessibilidade, foi implementado, mas a qualidade da calçada também, ao longo do tempo, rachou, quebrou, tem mato, então isso também é uma questão a se pensar para acessibilidade urbana. Agora eu vou falar um pouco sobre o Distrito São Bernardo. O Distrito de São Bernardo ele tá situado à aproximadamente 4.2 km da sede, de Luís Gomes. O acesso entre ambos, né? Ele se inicia aqui pela RN-177, depois ele pega uma estrada municipal e todo o trajeto ele se encontra sem pavimentação. A Vila São Bernardo foi fundada na década de 1940 por Manuel Bernardo de Araújo, a sua esposa, e em 1963 foi elevada à condição de distrito pela Lei Estadual 2.843. E, apesar de ser distrito, ela ainda é identificada tanto pela lei quanto pela população, como Vila São Bernardo. Então, apesar de ter o título de distrito, ela ainda é chamada de Vila e por ser distrito, a gente aborda ela porque passa a se tornar uma área urbana. Então, nós temos aqui o Distrito de São Bernardo. O perímetro, estabelecido pela Lei também de 1990, é a Lei 002 que define o perímetro urbano, é esse perímetro em verde aqui e nós identificamos





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

com a visita em campo e o estudo a partir de imagem de satélite que a área urbana já aumentou um pouco esse perímetro que está em roxo. Existe essa parte aqui também que está um pouco afastada da parte central, mas que também é identificada como a área urbana do distrito de São Bernardo conforme os dados do IBGE, do Censo 2010, o Distrito de São Bernardo possuía 669 habitantes com 206 domicílios na área urbana da vila. E o Censo de 2022 atualizou os números indicando a existência de 686 habitantes e aumentou o número de domicílios para 307. Então, a gente tem uma informação aqui que ou pode ser uma defasagem das informações do próprio IBGE, ou é no mínimo, uma questão interessante de se observar de que em 12 anos houve um aumento demográfico de 17 pessoas e a questão domiciliar teve um aumento de 101 novos imóveis, novos domicílios, na verdade. Um pouco da caracterização do sistema viário do Distrito de São Bernardo, a maioria das vias de lá são pavimentadas com paralelepípedo. Nessa primeira imagem, temos essa calha aqui que estava se implementando a rede de abastecimento de água no distrito. Então, temos vias pavimentadas em paralelepípedos. Muitas delas precisam de uma reforma, de uma readequação. Mas também foram encontradas vias sem pavimentação, com esgotamento sanitário na rua, com buracos. Então é necessária uma avaliação de um modo geral do sistema viário do distrito. Em relação aos equipamentos urbanos, também não existem muitos equipamentos lá, existe uma praça central que até possui uma boa infraestrutura, ela tem rampas de acessibilidade, tem alguns quiosques tem espaço para as crianças, mas não tem, por exemplo, um parquinho. Os bancos foram identificados dois bancos quebrados e os bancos também não têm uma árvore para gerar uma sombra, então, considerando o calor da região aqui, não é interessante também quem vai utilizar a praça durante o dia, sendo que não tem uma sombra. Nós temos a Escola Municipal José Paulino de Sousa, temos o Posto de Saúde, ambos situados no centro do distrito e quando nós visitamos os dois estavam em reforma acredito que estejam finalizando ainda. Temos também a quadra poliesportiva e o estádio do campo de futebol que segundo os moradores já está em obra há muitos anos e ainda não foi finalizado e inclusive pediram a urgência de finalizar essa obra. Também foi identificada a edificação do mercado público situada no centro do distrito e temos também o Alto do Tabor que foi reformado recentemente. O acesso para o Alto do Tabor foi pavimentado e é um ponto de muita importância para o distrito pela importância cultural, religiosa e que é importante a gente pensar também um





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

potencial para o desenvolvimento tanto do município quanto da própria Sede do Distrito. Aqui está uma identificação desses equipamentos que eu citei e agora eu vou passar a palavra pro meu amigo engenheiro Ozandir Frazão, ele vai falar sobre a questão das infraestruturas do município de Luís Gomes. Muito obrigado.”

Ozandir Frazão, Engenheiro Sanitarista e Ambiental (CMT Engenharia): “Olá pessoal, bom dia, tudo bem? Eu me chamo Ozandir Frazão e vou falar sobre as infraestruturas aqui de Luís Gomes, tanto de saneamento básico como outras infraestruturas que contemple abastecimento de energia elétrica, iluminação pública, *internet*, telefonia, entre outras. Sobre o sistema de operacionalização de infraestruturas de saneamento básico. Dentro do município, trouxe aqui um exemplo para vocês fixarem melhor. Existe sistema de abastecimento de água, existe o sistema de esgotamento sanitário, existe o sistema de drenagem pluvial, resíduos sólidos. Todos estes sistemas contêm um marco legal onde justamente traz normas, regras para que sejam estabelecidos e operacionalizados. Aqui temos exemplos dentro do município que podem ser abastecidos tanto por poços, cacimbões, poços artesianos e semiartesianos. Tem também o Açude Ana Lulu Pinto, que é a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), que faz esse sistema de abastecimento, não só a captação da água como seu tratamento e a distribuição para dentro do município, sobretudo na sede do município. Temos um sistema dinâmico de abastecimento que aqui já foi implantado, mas ele não está operacionalizado porque tem alguns problemas operacionais, de bombeamento, entre outros. Também a gente traz um exemplo aqui de um sistema de esgotamento sanitário dentro das zonas rurais que justamente para que venha a ser reaproveitado, a parte sólida do efluente como também a parte líquida para a agricultura, para irrigações, da agricultura familiar. Temos aqui um, já foi estabelecido, um consórcio de resíduos sólidos dentro do município, mas eu trouxe um exemplo aqui, que é do estado de Ceará, que é uma central municipal de resíduos onde tem todas as separações, os galpões, que fazem as separações, as triagens desses resíduos. Resíduos orgânicos, resíduos de construção civil, resíduos de reciclagem em si, plásticos, vidros. Aqui é uma representação da drenagem pluvial, que aqui por ser um local com muitos planaltos e alguns pontos de planície. Então temos aqui um sistema de drenagem de flúvio, onde a água pode ser drenada diretamente através dos sistemas de microdrenagem e macrodrenagem, e pode ser captada por riachos, por





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

açudes, melhorando assim a sua vazão, vazão e a sua forma de comportar. E aqui o sistema de abastecimento de água trouxe aqui um exemplo do Açude Dona Lulu Pinto. Temos aqui os aerogeradores, que são sistemas de ventilação onde faz a captação da água de poços artesianos. Temos aqui por operação pipa, que vocês sabem bem. Tem o sistema calçadão, mais adotado nas zonas rurais, tem aqui essas cisternas. E, em São Bernardo, está sendo implantado o sistema de abastecimento sanitário pela CAERN, juntamente com a Prefeitura, para melhorar o sistema de abastecimento dentro do distrito. O abastecimento de água, eu trouxe essa tabela para que os senhores possam entender, dentro do município. Então temos aqui em Luís Gomes, na sede, feito através da barragem, né, Dona Lulu Pinto, e a água ela tem um reservatório de aproximadamente 450 mil litros. e que aproximadamente as ligações domiciliares são hidrometradas a aproximadamente 100%. Então, vou trazer muitos dados aqui para os senhores, que são dados de 2010, vou falar antes, para que os senhores possam entenderem, porque não conseguimos tirar, extrair esses dados, tanto da Zona Urbana e Rural, de 2022, do último Censo. Então, esses dados aqui que eu estou trazendo para os senhores são dados da CAERN que nos forneceram recentemente, agora de 2024, mais adiante vocês vão ver os demais dados. Tem aqui no distrito de São Bernardo um poço Amazonas onde é feita a captação. Os reservatórios que construíram lá têm aproximadamente comporta quarenta mil litros, serão hidrometradas, a tendência são 100% dos domicílios e alguns problemas e características que foram encontrados dentro do município, na barragem, existe a ausência das sinalizações, a ausência de limpeza e manutenção, então se os senhores passar lá vocês vão ver, então a CAERN tem que ficar bem atenta com isso. Existe também alguns abastecimentos nas comunidades, trouxe um exemplo aqui, três comunidades, Lagoa de Pedra, Lagoa do Mato e a Comunidade Pitombeira, que são utilizadas poços artesianos, poços amazonas, como também alguns açudes para abastecimento familiar. E alguns dados que eu consegui captar foi da Comunidade Pitombeira, que são o reservatório 40 mil litros, as ligações hidrometradas não existem nessas três comunidades e a grande preocupação que traz como problemas e características dentro dessas comunidades rurais, essas localidades rurais, é a salinidade da água, né? Como também a qualidade da água, que não é boa, muitas vezes são águas que não são tratadas, elas não têm o controle microbiológico, não é acompanhado dessa forma, e isso acaba impactando na qualidade da água com a utilização dela





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

muito baixa. Aqui, como eu já tinha informado, a água é oferecida em estado bruto, muitas vezes, e principalmente na zona rural, muitas vezes não são tratadas. Não são realizadas essas análises físico-químicas e microbiológicas, onde tem uma maior concentração de PH, um exemplo de *escherichia coli*, coliforme fecais, então isso tem que ficar bastante atento. As ligações domiciliares são insuficientes e causam perdas dentro do município e até uma situação precária de abastecimento, a Operação Pipa existe, há uma existência dessa Operação PIPA em consórcio com o Ministério da Defesa, o Ministério da Integração, o município para abastecer justamente a comunidade no período de estiagem. E aqui, falando sobre drenagem pluvial, foi identificado, como já foi falado até pelo arquiteto urbanista, um ponto próximo ao Riacho da Pá. Não sei se os senhores conseguem identificar aqui. próximo ao riacho da Pá, um ponto de alagamento dentro do município. Então é derivado de várias situações, né? (*sic*) Ocupações em áreas inadequadas, sobretudo nas margens do rio, que é a área da APP, as pessoas lançam resíduos também, o assoreamento devido ao arrasto do material superficial durante o período chuvoso, muitas tubulações de esgotamento interligadas nesse sistema de drenagem. Então, tudo isso dentro dessa ocupação aqui, acaba trazendo alagamentos dentro do município. E aqui temos algumas fotos para ilustrar, para vocês identificarem melhor, podem ver que tem lixos, tem ligações de esgoto. Temos ali o sistema de drenagem implantado, mas também está bastante assoreado. É necessária uma atenção para a limpeza e manutenção urbana, como também a conscientização da população local. E aqui na zona rural temos algumas estradas que foram construídas recentemente, tem a passagem molhada, desculpa, estradas não, são passagens molhadas aqui no distrito de São Bernardo (*sic*). É uma passagem molhada sobre o Riacho do Saco e tem uma grande preocupação que as pessoas constrói suas casas e muitas vezes eles tomam a sua ocupação para passar, para melhorar a passagem dos seus veículos e motos. E eles constroem suas rampas tomando a linha d'água do pavimento e isso faz com que a água se desvie, o seu percurso natural, do fluxo natural, tomando uma grande área do pavimento, onde as pessoas e os carros ali passam. Então, isso acaba acarretando um certo tipo de conflito e até alguns pontos de alagamento dentro da pavimentação na área urbana. Então aqui tem um exemplo em São Bernardo, onde as pessoas constroem, como também aqui na Sede também foi identificado bastante dessas construções, de uma forma inadequada. Identificamos também alguns locais que





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

precisam de construções, de passagem molhadas e algumas ausências de sistema de drenagem plantado dentro do município e sobretudo na zona rural, identificando aqui processos erosivos na localidade alto dos cãndidos e aqui com relação à construção de passagem molhada temos aqui a comunidade Barro Vermelho. Destinação de esgotamento sanitário na Sede de Luís Gomes. Então, separamos aqui para que os senhores possam entender sobre localidades onde tem uma grande concentração de fossas rudimentares, fossa sépticas, até porque as fossas rudimentares não é um processo construtivo adequado, porque ele não tem o tratamento devido justamente para dispor diretamente no solo. Como também áreas onde tem a implantação do sistema de esgoto, com PVs, com rede de esgoto implantada, passando pela estação elevatória de esgoto até a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE) e o seu destino final. E aqui eu vou trazer algumas fotos para que o senhor possa identificar. Aqui é uma ETE que já está construída, mas não está operacionalizada. Temos aqui alguns pontos de esgoto está ligado diretamente, isso na sede do município de Luís Gomes, diretamente no sistema de drenagem, que vale chamar a atenção dos senhores, que esse sistema aqui, essa concentração de esgoto, aqui onde está sendo lançado, eles vão diretamente para a cachoeira de relo, né? Então assim, é bom que vocês fiquem atentos e tenham essa conscientização para que realmente não destine seus esgotos de uma forma inadequada. Até porque lá é um ponto turístico e cultural, que os senhores podem fazer proveito, como fazem proveito, na realidade. E temos também alguns lançamentos comerciais de seus efluentes que não dão tratamento devido. Então acaba fazendo lavagem de carros, algumas oficinas que tem dentro do município que não faz o reuso do óleo, não ocorre a venda do óleo e ali vai diretamente para a drenagem pluvial que se mistura nos riachos, se mistura nos açudes e isso traz alguns problemas para as pessoas que fazem a utilização dessas águas, desses mananciais. Destinação de esgotamento sanitário na sede de Luís Gomes. Aqui temos fontes do IBGE como também da Secretaria Municipal de Saúde. Então, podemos identificar aqui que 90%, segundo dado do IBGE 2010, Luís Gomes possuem fossa rudimentar. Isso na sede, contemplando 1.676 domicílios. E na zona, os que não possuem a rede de desgosto geral tem em torno de 5%, contemplando 86 domicílios. 2% são destinados a valas, contemplando 36 domicílios. Os que não tinham são 5% e 2% não possuíam rede de esgotamento sanitário. Então, justamente, era lançado diretamente a locais inadequados. E aqui temos dois domicílios, segunda da Secretaria Municipal,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

são dados atuais, de 2024, que não possuem banheiro dentro do município, na sede de Luís Gomes. Destinação de esgoto no distrito de São Bernardo e na zona rural. São 116 domicílios sem banheiro na zona rural. São dados do IBGE em 2010 e 0 (zero) domicílios sem banheiro. Então foram dados retirados da Secretaria de Saúde Municipal de 2024. Então aqui a gente pode identificar na zona rural alguns lançamentos de águas cinzas, que são as águas servidas, para vias, para estradas, locais que acabam trazendo um certo impacto não só na via em si, como também nos corpos hídricos, dentro do município. A destinação de esgoto na zona rural de Luís Gomes. Então temos aqui dois pontos onde estão destinados esgoto, na proximidade do distrito como também na proximidade da sede. E temos aqui uma quantidade de 430 domicílios que contém fossas rudimentares, não tem a maior concentração na área rural de São Bernardo. E no município de Luís Gomes, na sede, temos 180 domicílios na zona rural que contemplam no entorno da sede, dos domicílios que possuem fossas rudimentares. Isso são dados do IBGE de 2010. Talvez isso deve ter uma representação atualmente, ou no último senso, diferente do que uma redução, diferente do que contempla os dados de 2010. A destinação dos resíduos sólidos e lixões. Então, foi identificado dentro do município que existe dois lixões, um na zona rural, que contempla todos os resíduos sólidos urbanos e um aqui próximo ao mirante, onde é descartado alguns resíduos de podas, de construção civil. Então, temos aqui algumas representações no mapa. Esse daqui, justamente, é o lixão, que representa dentro do município, que recebe todos os resíduos de sólidos urbanos e esse daqui é onde está o próximo ao mirante que recebe os resíduos de podas e de construção civil. Então, a distância do lixão, tratando do lixão de resíduos sólidos urbanos, ele tem 4,8 km com relação à sede de Luís Gomes, a sua área total é de 12.200 m² e existem 6 cabeceiras de drenagem no entorno. Ou seja, essas cabeceiras de drenagem no entorno desse lixão, elas podem sofrer ou já estão sofrendo processos de contaminação e sobretudo por ser um local de grande serra, a gente... Dando continuidade, temos aqui algumas fotos para vocês que ilustram (s/c.). Aqui é o lixão, que recebe todo o resíduo dos sólidos urbanos. São resíduos comerciais, resíduos domiciliares, resíduos muitas vezes como foi identificado aqui do matadouro. Enfim e aqui o resíduo sólido, o lixão, o vazador, que fica próximo ao mirante, onde está recebendo uma grande contribuição de poda e matérias de entulho de construção civil. Aqui são os destinos dos resíduos sólidos da zona rural no município de Luís Gomes. Então temos esse





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

mapa aqui, onde conseguimos trazer para os senhores uma identificação melhor, onde está dividido tanto um distrito de São Bernardo como também a sede municipal onde contempla a área rural de cada um deles. Então são dados do IBGE 2010 e aqui vocês podem identificar que são 59% dos resíduos na zona rural eles são queimados. E são dados que foram fornecidos pelo IBGE 2010. Então, trazendo agora, falando sobre as infraestruturas, que é sistema de energia elétrica, telefonia, *internet*, como também iluminação pública, eu vou trazer aqui alguns dados para que os senhores tomem conhecimento. O sistema de energia elétrica, segundo os dados IBGE 2010, atualmente pode ter essa atualização, esse número pode ter reduzido bastante, ou aumentado. O total na zona urbana são de 1.858 ligações, existência de ligações domiciliares com relação a energia elétrica. E na zona rural, 742 no total. Os que tinham na zona urbana, os que possuem energia elétrica na zona urbana são 1.844 domicílios. E os que não tinham na zona urbana são 14. Na zona rural, os que possuem... energia elétrica na zona rural, são 729 e os que não possuem são 13. Então aqui vocês podem ver que dentro do município, eles estão adotando nessas imagens aqui. trouxe aqui o local, para vocês identificarem melhor, Lâmpadas de LED, na rua Coronel Francisco Germano, no centro, eles estão implantando, então isso é bem proveitoso para o município, como também de uma forma sustentável. Tem alguns locais (*sic*) que não possuem, nas estradas vicinais, que não possuem iluminação pública. Isso pode trazer um certo problema na segurança pública, como também na trafegabilidade das pessoas no entorno. E quanto à telefonia e *internet*, temos aqui o sistema de acesso, essa tabela aqui, traz algumas informações. Tanto dos dados de 2023, 2022 e 2021, mas vou ater aqui com os senhores os dados de 2023. Banda larga fixa, *internet*, são 1.740 acessos. A telefonia móvel dentro do município temos 6.480 acessos e a telefonia fixa 38. E os dados de 2022 e 2023, eles têm essa diferença aqui. Vocês podem ver que em 2022, para 2023, em 2023 teve uma queda. Em 2022 a gente pode ver que teve uma maior quantidade de acesso na banda larga. Em 2021, com relação a 2022, ele teve um acréscimo com relação ao acesso à banda larga da *internet*. E a telefonia móvel, a gente pode ver que em 2023 ele teve uma queda com relação a 2022. E em 2021 para 2022, 2022 ele também teve uma queda em relação a 2021. A telefonia fixa, ela, em 2022, o acesso à telefonia fixa foi maior. Em 2021, desculpa, foi maior do que em 2022 e em 2023. Em 2023, a telefonia fixa foi menor. E aqui temos alguns exemplos de algumas torres de telefonia *internet* dentro do





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

município, que justamente são distribuídos para melhorar, mas muitas pessoas nas zonas rurais utilizam o acesso da *internet* para sua comunicação. Então assim, nas Leituras Comunitárias foram identificados que eles têm essa certa dificuldade para esse acesso, porque elas ficam oscilando muito à *internet* e isso acaba impactando na sua comunicação com seus familiares, com outras pessoas, e até acesso ao que eles realmente almejam. Como eu tinha falado antes, a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSEERN), a Neoenergia Responsável pelo Abastecimento de Energia Elétrica aqui dentro do município, a uma oscilação de energia elétrica em alguns municípios, no distrito, sobretudo na zona rural, foi reclamado isso na Leitura Comunitária, à acúmulo de algumas contas de energia dos clientes, que a Neoenergia faz esse acúmulo, e isso acaba impactando na subsistência familiar das pessoas a baixa cobertura de *internet*, telefonia, principalmente na zona rural, a ausência de iluminação pública em algumas estradas, isso acaba impactando na segurança pública e na trafegabilidade das pessoas, e algumas cobranças de iluminação pública sem os munícipes usufruir desse serviço. Temos aqui também uma proposta de uma implantação da energia solar, de uma usina solar dentro município que fica próximo ao Mirante e isso foi aprovado pela Câmara. Esse projeto contempla um valor de três milhões para a execução. Então está em processo de análise e licitatório, foi o que foi informado. Temos aqui uma foto, né, (sic) ilustrando onde será implantada aproximadamente essa usina solar. Então, isso daí vai melhorar muito para o município, sobretudo as infraestruturas municipais, que onde serão contempladas com esse abastecimento de energia através da usina solar. Temos aqui o ponto que mostra a implantação dessa usina, essa setinha amarela. Aqui temos o mapeamento de torres, telefonia, *internet* e rádio dentro do município. Esse mapeamento foi feito durante a visita em campo, onde levantamos todos esses pontos para entender como é a dinâmica de distribuição da *internet* dentro do município, como também identificar alguns pontos e dificuldades para que possa melhorar e tomar em conhecimento não só os munícipes, como também os fornecedores desses serviços. Então, tem algum comentário, dúvidas, sugestões que os senhores possam fazer para melhorar, para vocês compreenderem a apresentação, não somente como a do meu amigo anterior, o arquiteto urbanista. A gente acertou no Diagnóstico? A gente errou algum nome que a gente colocou aqui de alguma comunidade. A senhora tem que falar no microfone que eu não consegui entender não.”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Gesiane Marta da Silva, moradora do sítio Alto do Tabor: “É só o nome da escola José Paulinho da Costa, lá de São Bernardo. Meu nome é Gesiane Marta da Silva”.

Ozandir Frazão (CMT Engenharia): “Qual a localidade?”

Gesiane Marta da Silva: “Lá do Alto Tabor. É, disseram que era José Paulinho de Souza, mas é da Costa, viu?”

Ozandir Frazão: “Obrigado. É com Klinton, né? (sic.) Alguém mais alguma dúvida, sugestão? Não. Posso prosseguir? Tem mais um ali, Yanca. Tem um senhor ali atrás que vai querer falar”.

Eginaldo da Silva, morador do sítio Lagoa do Mata: “Eu sou o Eginaldo da Silva, de Lagoa do Mato, queria falar um pouco sobre a quadra da minha comunidade, que é a quadra esportiva, né? E lá está prezando um pouco de uma reforma, que é a cobertura dela, o que a gente faz vários eventos, e lá precisa de uma estrutura mais adequada, que lá já tem muitos anos que foi construído, e não foi determinada, ela completa, está só pela metade. E nós fazemos muitas coisas, futebol, não pode jogar à noite, porque não tem iluminação por fora e não é coberta. A bola sai para fora, a gente perde muito tempo caçando as bolas nos matos, não é limpo. E também tem o zumba que eu faço lá, dou aula, tem as pérolas negras, que a gente trabalha lá com elas também, né? E precisa de uma estrutura que tá precisando de muita coisa ali. Eu tenho que falar um pouco, eu tô pouco rouco que trabalhei essa semana todinha, mas nós precisamos muito daquela quadra coberta (sic.). Vários eventos não podemos fazer de dia porque não tem a cobertura. As laterais, tudo cheia de mato, a bola vai pro mato, ninguém acha, tem que caçar com lanterna. Então é isso.”

Ozandir Frazão: “Certo, obrigado. A gente vai trazer na terceira audiência, bom, se eles participarem também, porque tanto as sugestões de vocês, como também críticas ou algo do tipo, a gente vai trazer como propostas. E dentro desse quadro de propostas, vocês vão ser os relatores e vocês vão tomar o conhecimento durante as oficinas para justamente trazer essa melhoria. E essa questão da quadra, eu acredito que quem fica responsável é o arquiteto urbanista e ele vai trazer mais informações. Mas alguma dúvida? Alguém quer trazer sugestões? A senhora pode ficar em pé só pra ele conseguir aqui identificar?”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Francisca Micaelly Lima, moradora do conjunto Cidade Nova, na sede municipal de Luís Gomes/RN: “Meu nome é Micaelly Sales, do conjunto Cidade Nova. Então, eu queria saber se agora vocês estão apresentando o município, no geral, e depois vocês vão trazer as propostas pra gente e a gente pode também falar mais alguma coisa, assim?”

Ozandir Frazão: “Isso. O que acontece? A gente fez agora, nessa segunda audiência, antes disso, o nosso trabalho técnico em campo, a gente fez o raio X do município, identificando os pontos positivos, negativos, para a gente entender. Logo no início a gente fez aquela primeira oficina para ver o que está bom, o que está ruim, o que pode melhorar dentro do município. Não sei se o pessoal do núcleo gestor lembra disso. Então justamente a gente fez esse levantamento, o que está bom, o que está ruim. As leituras comunitárias foram feitas dessa forma, nessa mesma dinâmica e a gente justamente fez esse raio X e trouxe aqui para vocês, que no caso é hoje que a gente está trazendo. E a próxima audiência, que é a terceira audiência, justamente é para fazer esse trabalho, apresentar as propostas, onde os relatores vão ser as pessoas que vão se disponibilizar a ser relator durante a dinâmica da oficina que será realizada e aí eles vão relatar aqui as propostas para o município, onde a gente vai em conjunto, em participação, traz essas propostas e vocês vão ver se está de acordo, o que pode acrescentar, o que pode retirar e aí vocês vão trazer nessa terceira audiência.”

Maria Aparecida Fernandes, moradora da Sede Municipal: “Meu nome é Aparecida, sou agente Comunitária de Saúde. E aí, eu queria colocar um esgotamento que tem aqui no município. Eu sou aqui da cidade, Luís Gomes e é um esgotamento grande que eu até já cometei aqui com a colega na outra oportunidade e eu não vi ser explanado aí na fala do colega. É um esgotamento de grande porte que tem queda, inclusive aqui para a descida, da cachoeira. Tem um acúmulo de lixo também lá. Eu não sei, eu dei uma saída, eu não sei se foi explanado aí. Mas é um esgotamento de grande porte que fica aqui no final da rua Ester Fernandes.”

Ozandir Frazão: “Isso, desculpa o nome da senhora...”

Maria Aparecida Fernandes, moradora da Sede Municipal: “Aparecida, sou agente comunitária de saúde.”





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ozandir Frazão: “Pronto, dona Aparecida, a gente apresentou aqui no mapa. Inclusive eu tinha falado, o ponto eu acredito que é esse aqui, né, que a senhora tá falando. É um dos pontos, porque assim, lá nessa rua Ester eu identifiquei vários pontos, mas esse daqui foi já a parte final. que dá acesso também para a cachoeira do relo, que ele toma por sua declividade do terreno.”

Maria Aparecida Fernandes, moradora da Sede Municipal: “Pronto, é conhecido como a Grota da Barreira.”

Ozandir Frazão: A Grota da Barreira, pronto. Ótimo. E aqui é um lançamento irregular, onde muitas casas interligam o sistema de esgotamento sanitário. É na drenagem, que é uma forma clandestina e irregular. E por isso que é preciso essa questão de conscientização também da população, não é só o poder público municipal que tem que fazer o papel dele, como também vocês como munícipes. Para que isso venha realmente, não possa afetar até, como eu tinha falado antes, num ponto turístico daqui que é muito forte nessa área. Deu pra ela entender e a senhora conseguiu ver, eu trouxe essa problemática aqui.”

Maria Aparecida Fernandes, moradora da sede municipal: “A imagem aí tá tão bonita e lá, né, às vezes a gente vê nossa situação bem mais crítica.”

Ozandir Frazão: “Olha, mas essa imagem aqui é real, viu? Fui lá e tirei foto. Isso foi no período que tava chovendo. Talvez a vegetação aí deve ter coberto. Foi de abril, quando a gente veio aqui em abril estava um período chuvoso, então assim, teve muitas questões assim, que a gente não conseguiu identificar de imediato, porque tinha vegetação onde que cobriam, mas a gente conseguiu.”

Francisca Micaelly Lima, moradora do conjunto Cidade Nova: “A gente mora a poucos metros desse esgoto aí, é tanto que nessa época de chuva, é tanto mosquito, tanta muriçoca, que a gente não consegue nem sentar na calçada. Tá parecendo um riacho aí na foto.”

Ozandir Frazão: “É, tá parecendo um riacho, mas é esgoto. Aí são águas servidas misturadas com águas negras, que são o esgoto em si. Mais alguma dúvida, alguma sugestão? Podemos prosseguir? É isso mesmo. Essa foto foi retirada no local onde vocês disseram, mas não teve nenhum *Photoshop*, não teve nada disso não. Foi uma foto realmente sem filtro. Então vou dar





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

continuidade aqui com o assistente social, o Maicon, que ele vai trazer alguns temas sobre a caracterização socioeconômica. Ah, desculpa é João.”

Geógrafo João Antônio (CMT Engenharia): “Vamos lá, pessoal. Voltei. É rápido a minha parte. Eu vou iniciar um pouquinho do tema da caracterização socioeconômica do município, que é de responsabilidade minha e de Maicon do assistente social, apresentando pra vocês a dinâmica inicialmente, a dinâmica demográfica do município, de como a população, de como o crescimento ou o decréscimo da população vem ocorrendo aqui no município de Luís Gomes. Então, analisando os três últimos censos demográficos do IBGE no ano de 2000, 2010 e 2022, a gente notou que entre 2000 e 2010 teve um aumento populacional para quase 500 pessoas. Já em 2022 a gente voltou, a gente teve um decréscimo, voltando o número de população a ficar baixo do que era em 2000. Então a gente tem uma situação de redução nesse período como um todo aqui, de redução, de uma leve redução da população do município de Luís Gomes ao mesmo tempo que nesses três anos aqui a população urbana vem crescendo proporcionalmente em relação à população rural. Então, em 2000, a cada 100 pessoas que existiam aqui no município, 64 ou 65 pessoas dessas moravam na sede urbana e 35 na rural. Já em 2022, esse número mudou, 71 pessoas de cada 100 moram na zona urbana e 28 na rural. Isso mostra uma característica de urbanização da cidade, das pessoas estarem saindo da zona rural para vir morar na zona urbana, e isso por diversos fatores, entre os quais a condição de vida, a condição de trabalho na zona urbana em relação a emprego, a serviço, a mobilidade, a ter acesso a, por exemplo, uma emergência de saúde, ser mais propício, ser mais favorável a receber esse acesso, morando na zona urbana. Então a gente precisa pensar em políticas, em planejamento para o fortalecimento e a melhoria da qualidade de vida, obviamente dos dois casos porque a urbana, a vida na cidade também apresenta muitos problemas em relação a infraestrutura, serviços, mas a zona rural ela apresenta alguns agravantes como distância, condição de estradas, falta de oferta de mercado de trabalho, então dessa forma é importante pensar no desenvolvimento também da zona rural. para que, de fato, quem coloca comida na nossa mesa, quem leva também o desenvolvimento do município, é a atividade rural, então a gente precisa pensar políticas para que esse movimento aqui, ele não gere lá na frente um impacto muito grande de uma zona urbana com muita gente, uma zona rural improdutiva, com pouca gente gerando muita pressão aqui nos serviços também





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

da zona urbana. Seguindo adiante, para além dessa característica urbana e rural, a população de Luís Gomes também está envelhecendo. No ano de 2000, 33%, quase 34% da população do município tinha 15 anos ou menos, então era de crianças, crianças e adolescentes. Já em 2022, esse número sai de 33% para 21%, apresentando uma redução no período de 37%. Então 37% de redução do quantitativo de pessoas que tinham abaixo de 15 anos. Essas pessoas, aqui em 2010, foram envelhecendo, entraram nessa categoria aqui dos 15 a 64 anos que é as pessoas que estão chegando naquela fase economicamente ativa da vida adulta. As pessoas que entram no ciclo produtivo do mercado de trabalho e tudo mais. E essa população aqui entre 15 e 64 anos teve um pequeno acréscimo de quase 7%, 6,88% no período. E o principal movimento das pessoas acima de 65 anos. Saiu de 5,11% da população para 12,8% da população atual numa taxa de crescimento no período de 149%. Então mais do que dobrou a quantidade de idosos. Que antes eram 468 e agora em 2022 1.167 pessoas foram registradas acima de 65 anos. Isso quer dizer o que? A gente precisa pensar políticas públicas para atender essa população que está envelhecendo, que necessita de cuidados especiais e que está proporcionalmente caminhando a passos largos para ter uma grande fatia da população do município. Então são necessárias o estudo e a aplicação de políticas públicas visando em fornecer essas pessoas os serviços que elas necessitam. Tratando do Índice de Desenvolvimento do município, eu trago o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é o índice de desenvolvimento humano, ele é composto por três variáveis de análise. A renda, a longevidade, que é a expectativa de vida, quantas pessoas estão vivendo e a qualidade da educação. Então, a gente tem os dados para os anos de 2000 e 2010, porque os dados do IBGE levantados no último Censo de 2022 ainda não foram disponibilizados desse índice. E a gente nota que no período o município de Luís Gomes apresentou uma melhoria tanto na condição de renda quanto na condição de expectativa de vida, de longevidade e sobretudo na qualidade da educação. Comparando com o resto da microrregião que o município está inserido, em 2000 ele ocupava a sexta posição com essa nota aqui, o índice de desenvolvimento humano municipal. 0,425. Isso é uma nota que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor. É o desempenho do município em questão de desenvolvimento. No ano de 2010, esse número saiu e cresceu de 0,425 para 0,608. Então a gente teve um aumento considerável para o ano de 2010. Percentualmente, percentualmente não, considerando ele, ranqueando ele na microrregião, ele ocupava a 6ª





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

posição no ano de 2000 e ele subiu para a 5ª posição. Então, na microrregião, considerando os outros municípios da microrregião, todos eles apresentaram uma melhora considerável. E Luís Gomes, uma melhora ainda melhor do que o ritmo geral da microrregião fazendo com que ele subisse uma posição desse ranking. Então, o município, ele devagarzinho, está aparentemente caminhando para uma melhoria do desenvolvimento. Pronto, agora eu passo para o Maicon que vai tratar a questão da assistência e da vulnerabilidade social.”

Assistente Social (CMT Engenharia) Maicon Xavier: “Bom pessoal, meu nome é Maicon, sou assistente social, vou dar continuo aqui ao tema, certo? Aqui, a gente traz um dado do Sistema Único, que é um parâmetro para todos os serviços socioassistenciais a nível de Brasil. Então, a gente traz aqui os dados do sistema Único, que é o dado do famoso, antigo programa Bolsa Família, que é o cadastro, porque Bolsa Família é um programa, mas é o sistema, é o Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico). Então o primeiro passo é o cadastro no CADÚnico, para depois começar a acessar tipo de programa ou ação do governo que a pessoa se enquadre naquele perfil, certo? No município, dentro do quantitativo de pessoas que tem um cadastro no município, é 58% das pessoas... 58% das pessoas vivem em situação de pobreza, de acordo com a caracterização do programa. O que quer dizer isso? O programa classifica esse quantitativo de pessoas, pessoas que recebem uma faixa salarial de até R\$218,00 por pessoa. Certo? O programa também traz aqui os dados de 22% desse quantitativo de pessoas cadastradas que são pessoas que vivem em situação de baixa renda. O que é dizer isso? São pessoas que têm uma renda de 218 até 706, que é a metade de um salário mínimo atual, certo? Esses dados são os dados de 2024, um dado atual do programa, certo? Dando continuidade, aqui 20% desse total são pessoas que têm o cadastro, mas que não se enquadra até o momento em nenhum tipo de programa. São pessoas que vivem com renda per capita acima de meio salário mínimo. Certo? Na dinâmica produtiva, a gente traz a questão da agricultura. E por que dinâmica produtiva? Porque, a gente engloba vários fatores nessa dinâmica. A questão do uso consciente da água, onde a gente traz a questão da robótica. A questão do manejo correto da água, então a gente usa a tecnologia ao nosso favor, quando a gente tem na questão das irrigações, que tem todo aquele cronômetro certo, da quantidade certa de água, para não haver o desperdício. A questão do geoprocessamento de dados, que é importantíssimo. A questão da educação ambiental, que é a





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

questão do uso consciente e o cuidado com o meio ambiente, então isso é importante. e a questão da produção e agronomia sustentável, né? A questão de todo esse cuidado com o solo. Então, quando a gente fala de dinâmica produtiva, a gente envolve todos esses fatores que fazem parte dessa dinâmica. A gente não pode pensar em só em um fator, mas sim temos que pensar em um todo, quando se tratando de agricultura. Dando continuidade pessoal, quem traz os dados do PIB, que é o produto interno bruto, ele é um indicador de como é que está a questão dessa dinâmica produtiva, através de quatro fatores. que traz aqui a questão da agropecuária, a questão da indústria no município, a questão do serviço e dos impostos. Então, ele é composto por esses quatro fatores no município. Esse dado aqui é um dado da microrregião em que o município de Luís Gomes está inserido, e a gente consegue observar como é que está o desenvolvimento em cada um desses fatores com relação aos demais municípios da microrregião, certo? E a gente vê que, é, Luís Gomes, o único município que está à frente dessa microrregião, que é um dado também dos anos de 2010, pois o de 2022 não foi disponibilizado ainda, e aí, nesse dado aqui da micro região, o município que se encontra à frente é o município de São Miguel, e o segundo é Luís Gomes, certo? Trazendo mais um dado mais específico do IBGE, ele nos dá aqui, a partir do Censo de 2010, ele traz aqui uma pequena projeção para a gente observar como é que vem evoluindo cada setor. Se vem aumentando, se vem diminuindo, e para que serve essas informações? Para poder traçar políticas públicas para melhorar o fator que está precisando de melhorias de crédito, de incentivo, para que venha a aumentar esse desenvolvimento dentro do município. E aí a gente pode observar que o fator que vem aumentando é a questão dos serviços, que a gente traz é a questão das indústrias, a questão dos serviços de educação, saúde, gestão. Então isso tudo aqui é um serviço que vem se destacando. E outro fator que a gente pode observar também é a questão da agropecuária, que é um setor que vem diminuindo na projeção realizada pelo IBGE. E a gente também tira algumas informações, não só hoje quanto também em campo, que esses últimos anos tem tido uma dificuldade enorme pelos produtores do município, com dificuldade, com a questão do cultivo, com a questão do tempo de chuva, com a questão da falta de linha de crédito. Então, assim, são vários fatores que contribuem para essa diminuição na agropecuária. Aqui na dinâmica produtiva a gente traz um pouquinho do que a gente vivenciou em Campo e do que tem no município, que é a questão da produção de mel, a questão da





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

caprinocultura no Monte Alegre, a questão da criação de rebanho no Distrito de São Bernardo, a questão do plantio de bananeira no Lagoa do Mato, a questão da produção de mandioca no Boqueirão, que é um forte, e a questão da indústria de água Lara, que é de algo que tem aqui próximo também, que faz parte do setor industrial do município, na contabilização da questão do PIB. Dando continuidade a questão de serviço, o município hoje tem uma boa oferta de serviços, temos questão de farmácia, temos uma agência bancária, casa lotérica, temos um posto de combustível, correio e internet. Então são serviços mínimos e essenciais para poder atender toda a necessidade da população e também ao desenvolvimento do município. políticas públicas, quando a gente fala de políticas públicas, a gente envolve vários fatores. Porque tem pessoas que, ah, não gostam de política, ah, não querem me envolver com política (sic.). Mas quando a gente fala de políticas públicas, a gente envolve todos os fatores, né? E aí a gente traz a questão da educação, a política pública, a questão da saúde, o saneamento, a segurança social, as políticas sociais, a alimentação. Então tudo isso, é política pública e a gente está envolvido o tempo inteiro nela. Estamos inseridos na política pública. Iniciando pela política de saúde, a gente traz aqui um pouquinho da estrutura hoje do município com relação a uma política de saúde, onde o município de Luís Gomes está inserido na regional. Universidade Regional de Saúde, então o Estado é dividido por regionais, certo? E Luís Gomes faz parte dessa 6ª Regional Pública de Saúde, a qual é mais... é composta por 37 municípios. Então, todos esses 37 municípios, incluindo Luís Gomes, faz parte dessa regional. É uma forma sistemática que o Estado estrutura e gerencia toda a política de saúde. em todo o estado, certo? Puxando mais para a questão específica do município, hoje o município tem uma pequena estrutura de quê? Tem uma Secretaria de Saúde, temos as coordenações de enfermagem, de vacina, de endemias, temos quatro unidades básicas de saúde. Disponível de um hospital, de pequeno porte, e o sistema de regulação para a urgência e emergência e exames, que são procedimentos de média ou alta complexidade, que o município não tem esse suporte, mas tem um caminho a ser dado a uma conduta a ser adotada para poder conduzir o paciente da melhor forma. E que rede de referência é essa? Essa rede de referência é composta por (sic) Pau dos Ferros, Mossoró e Natal, a qual também tem uma casa de passagem, que é para as pessoas que precisam ficar mais tempo ou precisam pernoitar para fazer um procedimento ou um atendimento especializado, precisem ficar em Natal, então o município





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

dispõe dessa casa justamente para poder atender o paciente que venha precisar. Relacionado à questão de doenças e agravos, o município tem um quantitativo pouco registrado, poucos casos, isso é bom, certo? Dois casos que a gente pode destacar que no momento da pesquisa foi identificado que isso é uma pesquisa da Secretaria de Saúde, eles contabilizam esses dados lá, então é um registro interno da Secretaria Municipal e esses dados são referentes ao ano de 2023, de janeiro a dezembro. Então a gente pode aqui destacar os casos de três casos importantes, a questão de violência interpessoal, como um número que vem se destacando, a questão do quantitativo de dengue, e a questão de biópsia e cirurgia oncológica no município, é um fator preocupante que vem aumentando e que a Secretaria informou que está trabalhando políticas nesse sentido para melhor atender a população devido a vim aumentando gradativamente nesse sentido esse serviço, para estar se deslocando para Mossoró, que é uma cidade que é referência nesse tratamento, para o município de Luís Gomes. Políticas públicas para as mulheres no município. até o momento não tem a existência de coordenadoria da mulher e nem procuradoria. O que são isso? São setores específicos para trabalhar justamente as políticas voltadas às mulheres. Então no município, até o presente momento do nosso, nossa visita em campo, não foi identificado e não se tem ainda uma procuradoria e nem uma coordenadoria. Mas se tem em si, uma vontade muito grande de ser criado futuramente. Então, no momento da nossa visita, o que foi identificado? Que existe uma Defensoria Pública do Estado. Existe uma delegacia de Polícia Civil, a qual dá uma tratativa a todas as demandas de violência contra a mulher, de agressão física, de medidas protetivas. E aí a gente traz aqui um pequeno dado referente ao ano de 2023, de janeiro a dezembro, onde foi registrado, teve 59 registros de violência contra a mulher, onde teve 18 registros, isso solicitação de medidas protetiva, agressão física teve um registro de 19 registros, agressão psicológica 6 e agressão sexual 1 registro. Outro espaço também da assistência que também dá esse primeiro atendimento é o Centro de Referência Especializado da Assistência, o CREAS, que em 2003 foi registrado um total de 128 atendimentos ao público. a qual a gente está abordando aqui, que é especificamente para mulheres. E é importante lembrar para vocês que todos esses tipos de registros estão correlacionados à mulher idosa, certo? Então a mulher idosa, especificamente, esse público, essa faixa etária, é justamente o público que vem sofrendo mais violência. E a violência que mais se destaca é a patrimonial e a negligência. Dando continuidade à





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

segurança pública, a gente vai entrar aqui um pouquinho sobre a estrutura da polícia militar no município, a qual tem um ponto de apoio, como vocês podem ver aqui, e dispõe de uma viatura para poder atender a população. A gente sabe que ainda é pouco para a necessidade que vem existindo dentro do município. Os casos quando há necessidade de conduzir para fazer um registro fora do horário que a civil não está atendendo, esses casos são conduzidos até a cidade de Alexandria, para assim ser feito o registro e dado procedimento àquela situação específica. Na política da educação, a gente tem alguns dados importantes. A condição do analfabetismo no município, que é um dado recente, o IBGE liberou recentemente, onde ele traz que 78% das pessoas são alfabetizadas, porém, ainda existe um número alto, que é de 22% das pessoas que ainda não possuem conhecimento, que não são alfabetizadas. E aí a gente não encontra esses dados na educação, porque geralmente esse público são públicos que já têm uma faixa etária de 50, 60 anos ou mais, e não se encontra mais no domínio da escola, não frequenta mais escolas, então justamente esses dados são os dados que o IBGE consegue coletar nas suas visitas domiciliares. Aqui a gente traz também um pequeno demonstrativo disponibilizado pelo Índice de Desenvolvimento Básico da Educação Municipal (IDEB), que é o Índice de Desenvolvimento Básico da Educação Municipal, onde ele traz aqui uma projeção de 2005 até 2021, onde houve uma melhoria na educação. E esse dado a gente pode comparar também com a questão que foi apresentada anteriormente do Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), que houve de fato uma melhoria. E aqui embaixo a gente pode também observar uma pequena foto das condições e o tipo de transporte que é ofertado no município, onde todos os alunos são transportados no Amarelinho e, segundo a secretária de educação, informou que está chegando mais por parte do Estado para suprir a demanda todos com a frota do Amarelinho dentro do município. Na questão de cultura, esporte e lazer, a gente traz aqui a questão da apresentação que teve aqui, da Festa dos Caboclos, que é uma cultura forte, a questão da capela de Santa Cruz no Alto Tabor. A questão do grupo Treme Terra, temos aqui a questão do esporte, como vocês podem observar, a questão da cachoeira, que é a cachoeira do relo, e a questão da trilha do relo e outros demais que vocês vão ver lá no diagnóstico, que tem uma diversidade de opções, tanto de cultura, de festejos, tem as datas, tudo isso que traz a isso no diagnóstico, como a gente informou tem no *QRCode* bem mais explicativo e detalhado, certo? Assistência. Na assistência





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

social, no município, é classificado como município de pequeno porte, certo? Porém, a gente tem aí, né? (sic.) A proteção social básica que a gente subentende o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que é o Centro de Referência. Qual a finalidade do CRAS? Ele é trabalhar a prevenção, a gente chama que é a casa das famílias, então ele faz todo aquele acolhimento, toda aquela orientação para as famílias, para os adolescentes, para os idosos que trabalham todas essas políticas. Já a proteção social especial, a gente tem o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que é o Centro Especializado, da assistência que é já quando o ato já aconteceu quando a violência já aconteceu ou agressão ou qualquer tipo de negligência por parte da pessoa idosa ou da criança então quando há uma violação de direito então o CREAS que vai dar toda a tratativa. Então quando a mulher chega lá no CREAS, ela vai ser ouvida, ela vai ser feito o acompanhamento psicológico, se precisar de medida ou qualquer outro tipo de amparo ou encaminhamento, esse órgão tem capacidade, porque tem uma equipe técnica especializada e vai conduzir toda a situação para ser resolvida da melhor forma, tanto na mulher como na questão da criança, adolescente ou da pessoa idosa. Aqui ao lado a gente tem uma imagem, a foto da sede da assistência e logo abaixo aqui atrás também a foto do centro de referência da assistência social, que também funciona no serviço de convivência. Lembrando também que hoje, atualmente, o município só conta com um programa a nível de estado, que é o do leite Potiguar. E aí é importante que no próximo momento que a gente for ter aqui com vocês, vocês venham participar porque a gente vai trazer propostas de outros programas que tem no Estado e que o município carece. Então a gente colocando essas propostas para que de fato a gente possa concretizar. Certo? Eu quero convidar meu amigo Klinton para falar um pouquinho sobre a política de habitação.”

Arquiteto e Urbanista (CMT Engenharia), Klinton Melo: “Bom pessoal, complementando aqui a questão das políticas sociais existentes no município. Vou falar um pouco sobre a questão da política pública de habitação. Só fazendo aqui um apanhado sobre as legislações vigentes nacionalmente e aqui na esfera municipal. Então, na esfera nacional nós temos como o primeiro marco que está vigente atualmente. ainda, né? A Lei Federal 11.124 de 2005, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que a gente chama de Cadastro Nacional de Informações Sociais, e também essa lei cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social,





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

que é o FNHIS, e institui o Conselho Gestor desse (sic) fundo. Então essa aqui é onde a Política Nacional, de uma forma geral, era sistematizada, então existe esse sistema de habitação de interesse social. Nós temos a Lei Federal 11.888, que assegura as famílias de baixa renda uma assistência técnica, pública e gratuita para o projeto de construção de habitação de interesse social (HIS). Temos também a Lei Federal 13.465 de 2017, que eu falei um pouco mais cedo, relacionada à questão de regularização fundiária, então ela também passa por essa questão da habitação social. E temos a Lei Federal 4.620, que dispõe sobre o Programa Minha Casa e Minha Vida, que é a atual política do Governo Federal, para a habitação social. Essa (sic) lei, ela altera a Lei 11.977 de 2009, que foi quando o programa foi criado. Então a Lei vigente atualmente é essa Lei de 2023, que fez algumas alterações no programa. E os marcos legais na esfera municipal, nós temos a lei orgânica do município, que é de 1990, e nela prevê a promoção de programas de construção de moradia e melhorias das condições habitacionais e do saneamento básico. E também temos a Lei Municipal número 188 de 2009, que cria o Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social e institui o Conselho Gestor na esfera municipal, certo? Quando a gente olha a situação atual do município, no site do Ministério das Cidades, que tem esse controle sobre o Sistema Nacional de Habitação, a gente encontra lá que a situação de Luís Gomes está pendente. Essa pesquisa aqui foi feita no dia 10 de junho, então foi agora, e está em situação pendente. Isso aqui acarreta em o município precisa regularizar essa situação, entrar em contato com a Caixa Econômica Federal ou com o e ou com o Ministério das Cidades para ver o motivo da situação está pendente, porque isso acarreta em um município não conseguir pedir recursos para novas provisões habitacionais, para beneficiar novas famílias. Então precisa regularizar essa situação e a motivação de estar pendente pode ser variada, pode ser muitos motivos ou pode ser simplesmente a falta de um documento que está faltando. Então é necessário que o Poder Público entre em contato com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal para regularizar essa situação. Em relação aos programas já implementados na cidade, e aqui a gente tem uma linha histórica desde quando se iniciou e até a atualidade dos programas que foram implementados, esses dados foram passados pela Secretaria de Assistência Social do município. Então nós temos, foram construídas 46 unidades habitacionais entre os anos de 96 e 97 no bairro São José através de um convênio entre a Prefeitura e a Secretaria de Habitação do Estado do Rio





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Grande do Norte, certo? Em terrenos doados pelo município. Na verdade, todos os programas habitacionais, as construções foram feitas em terrenos doados pelo município, certo? No mesmo ano também foram construídas, através do mesmo programa, 20 unidades habitacionais no bairro Sol Nascente. Lembrando que a assistência social passou esse número de 20 unidades, mas se a gente olhar lá o bairro Sol Nascente, ele é basicamente todo feito por moradias de interesse social, por habitação popular. Então a gente acredita que esse número aqui seja mais do que realmente 20 unidades apenas, certo?”

Yusney Márcio Sousa, ponto focal da elaboração do Plano Diretor no município, servidor público municipal e morador da sede municipal: “Sou eu, Yusney Márcio, trabalho na Secretaria de Administração, porque no início o Conjunto do Sol Nascente era só aquelas duas primeiras ruas de cima, entendeu? Aí as casas de baixo só foi construído por articulamentos, pessoas que vendiam terreno (*sic.*). Por isso que hoje você encontra o bairro daquele tamanho do Conjunto do Sol Nascente.”

Arquiteto e Urbanista (CMT Engenharia) Klinton Melo: “E as casas não são casas populares? Não é de programa?”

Yusney Márcio Sousa, servidor público municipal e morador da sede municipal: “A maioria não, só aquelas primeiras ruas.”

Arquiteto e Urbanista (CMT Engenharia) Klinton Melo: “Ah, certo. Então está aqui a justificativa de serem 20 unidades habitacionais no bairro Sol Nascente. Temos 60 unidades habitacionais no conjunto Mirante, foram construídas entre o ano 2005 e 2006, em convênio entre a Prefeitura e a Caixa Econômica. 28 unidades no conjunto Guilhermão, também no mesmo ano, entre 2005 e 2006, a partir de convenio entre a Prefeitura e a Secretaria de Habitação do Estado do Rio Grande do Norte 28 unidades habitacionais no ano de 2010, através do programa Minha Casa Minha Vida Tipo 1, no conjunto habitacional Cidade Nova, 18 unidades habitacionais no bairro São José, fez a partir do programa da Companhia Estadual de Habitação e Obras (CEHAB) que é um programa habitacional do estado também. E no distrito de São Bernardo foram indicadas a construção de três unidades habitacionais, mas não identificaram o programa e nem o ano de construção dessas





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

moradias. São quantas? Bom, esse número foi passado pela Secretaria de assistência Social. Então, você diz o São Bernardo? (sic.)”

Francisca Micaelly Lima, moradora do conjunto Cidade Nova: “Meu nome é Micaelly, sou do conjunto Cidade Nova, moro lá e lá no conjunto Cidade Nova são 30 casas, são 15 em cada lado.”

Arquiteto e Urbanista do PBA11, Klinton Melo: “Eu vi isso no mapeamento, quando a gente olha, realmente eu pontei, tinha 30 unidades e a secretaria passou isso, eu tinha visto essa concorrência, mas como é um dado oficial, dado pela Prefeitura, a gente apresenta o que a secretaria apresenta, mas foi identificado que tinha essas outras duas casas lá.”

Yusney Márcio Sousa, servidor público municipal e morador da Sede Municipal: “Na realidade são 30 casas mesmo que tem lá construído pelo programa. Isso foi alguma falta de documentação para poder entregar, mas todas as casas que têm lá foram feitas para o projeto Minha Casa Minha Vida.”

Coordenadora Camila Andrade (CMT Engenharia): “Rapidinho aqui, pronto (sic.). Por isso que é importante, tá vendo? Vocês virem? A gente tem aqui, desculpa, esse dado aqui que é oficial, que ele trouxe que foi, o que foi passado para a gente, mas em função da sua observação e aqui ratificado pelo poder público, nós iremos ajustar o documento e quando a gente entregar para a Prefeitura, o Ministério, essa informação vem atualizada, viu? Obrigada.”

Arquiteto e Urbanista (CMT Engenharia) Klinton Melo: “Aqui nós fizemos um mapeamento da localização desses conjuntos habitacionais. Então temos no Sol Nascente um conjunto habitacional, que era aquelas 20, no bairro São José. Tiveram quatro vezes, foram implementados programas diferentes, em anos diferentes no bairro São José. No conjunto Mirante situado no bairro José Pereira de Sá. um no conjunto Guilhermão e um no conjunto Cidade Nova. Segundo a Secretaria de Assistência Social, na zona rural foram construídas duas casas na Pitombeira e o município atualmente possui uma lista de famílias que estão na lista de espera, esperando receber o benefício são 830 famílias, é um número que chama a atenção, né? É um número considerável um número alto de famílias que estão esperando. Deste total de 830, 525 cadastros são na zona urbana e 305 cadastros para beneficiários na zona rural. Atualmente o município foi contemplado com 50 unidades habitacionais pelo programa Minha Casa Minha Vida a serem construídas no



50
ATA/APODI/C12/998-24





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

sítio Lagoa do Mato de acordo com as informações também passadas pela Prefeitura. Certo? Aqui são algumas fotos para ilustrar a tipologia habitacional desses conjuntos habitacionais que a gente citou. Então nós temos aqui habitações situadas no bairro São José, bairro Sol Nascente, no Conjunto Mirante, Conjunto Guilhermino, no Cidade Nova e algumas unidades a gente identificou que já estão assim com as características mais precárias, que precisariam de uma reforma, né? E uma avaliação de quais eram as unidades habitacionais que estão numa condição mais precária para direcionar uma política de melhoria habitacional. Agora eu vou passar pro (sic) Ozandir. Ele vai finalizar agora a apresentação com a última temática, falando do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que era aquele tema relacionado, que a Camila falou no início, de como a Organização das Nações Unidas (ONU) visualiza a situação do município de Luís Gomes e a gente contrapõe aqui com a observação de tudo que a gente avaliou. Tá certo? Vou passar pro Ozandir. Obrigado.”

Engenheiro Sanitarista e Ambiental do PBA 11, Ozandir Frazão: “Retomando pessoal, só são três slides para finalizar. Então assim, o pessoal do São Bernardo que estão indo, só são três slides para finalizar, a gente tira uma foto, fica, é bem rápido, peça para o motorista segurar um pouquinho e a gente vai finalizar agora (sic.). E esse tema é muito importante porque vai trazer uma temática sobre a visão da ONU e com as ODS, que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fazendo uma avaliação também com os ODS dos municípios também. É bem rápido. Então aqui são ODS, o que são ODS? São os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Então essa Agenda 2030, que foi proposta pela Organização das Nações Unidas em 2015, é um compromisso global para o desenvolvimento sustentável, planejado para ser colocado em prática durante o período de 15 anos. A sua criação é composta por 17 objetivos e que esses objetivos envolvem 193 países. Então, essas ODS se dividem em quatro dimensões, que é a social, que é a ambiental, econômica e institucional. Então aqui temos esses (sic) 17 ODS. Um exemplo, o primeiro ODS, que é o ODS-1, é a erradicação da pobreza. Tem o 3 que é a saúde e bem-estar. Tem o 5 que é igualdade de gênero. E por aí você vai. Tem o 15 que é a vida terrestre. Tem o 16, por exemplo, que é paz, justiça e instituições eficazes. E aqui mais adiante, fazendo avaliação do município, de Luís Gomes com os demais municípios, então Luís Gomes se encontra em uma colocação de 4.751 na posição com relação ao total de municípios brasileiros que o total de municípios brasileiros é 5.570 municípios.





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Então a pontuação de Luís Gomes de 0 a 100 ela está com a pontuação de 40,81. É uma pontuação que indica o nível de desenvolvimento sustentável na cidade que está baixo. Então se vocês analisarem aqui, tem uma legenda logo aqui abaixo que fala do nível de desenvolvimento sustentável. Então muito alto é esse verde escuro aqui, que vai de uma população de 80 a 100. Alto é esse verde que vai de 60 a 79,99 que é o verde mais claro. Médio é o laranjinha (*sic*) que vai de 50 a 59,99. Baixo é esse... desculpa, o médio é o amarelo (*sic*). O baixo é o laranja que vai de 40 a 49,99 e muito baixo é de 0 a 39,99. Então aqui tem essa avaliação de acordo com essas legendas, que a foto foi extraída do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades, por isso que ela é balizada nas informações do ODS que foi estabelecida pela ONU na agenda de 2030. E essa avaliação atual é a avaliação do município. Então essa pontuação indica que o desenvolvimento sustentável da cidade está baixo. E segundo o IDSC do Brasil, os objetivos analisados de 2015 a 2023 se encontram dessa seguinte forma como foi apresentado. Então aqui a gente pode ver que a erradicação da pobreza, ela está no nível muito baixo. Um nível alto aqui, muito alto, um exemplo são cidades e comunidades sustentáveis e o nível alto, que é esse verde mais claro, aqui eu vou trazer pra vocês páginas de instituições eficazes. Saúde e qualidade, ela (*sic*) tá no nível médio, nessa pontuação aqui, e no nível baixo, que é esse vermelho, que é o laranjinha, temos igualdade de gênero (*sic*). Então, após essa avaliação das nossas atividades de campo, com a nossa comunicação técnica também, que houve essa comunicação entre os técnicos para fazer essa avaliação de acordo com a visão de campo, como também os dados secundários que foram extraídos em primários, que foram em campo. Então, a gente fez essa avaliação e identificamos de acordo com essa tabela que foi estabelecida com esses 17. objetivos da ONU, então identificamos que desculpa, que houve a ODS 10, redução das desigualdades, que está avaliado em uma pontuação de 60 a 79 (*sic*). Após analisar esse subitem, compõe o objetivo e percebe essa incompatibilidade com essa avaliação. Como também na ODS 11, que as cidades e comunidades sustentáveis, ela está em uma pontuação de 80 a 100 e também após a nossa análise técnica, a gente viu essa incompatibilidade. Identificamos também a incompatibilidade no ODS 12 que é consumo e produção responsáveis, que está avaliado como muito alto, com a pontuação de 80 a 100, e identificamos essa incompatibilidade de acordo com a realidade local do município. Vimos também na ODS 16, que traz para a justiça instituições eficazes, que está





3. TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

avaliado de 60 a 79,99 e após a nossa análise identificamos que está incompatível com a realidade também. Então, por aqui finalizamos. Vocês têm alguma dúvida? Vocês têm algumas sugestões? Vocês querem propor algo? Querem pontuar algo? O que vocês têm para trazer agora? Alguém quer falar? Alguém quer externar algo? Compreenderam sobre as ODS? Certeza?”

Coordenadora Camila Andrade (CMT Engenharia): “Aí, pode passar por aqui, obrigada. Pode ficar aí (sic.). Então, minha gente, tá tudo certo? Mas acertamos o que erramos, não foi? Então, queria agradecer a presença de vocês, convidá-los para fazer uma foto aqui com a gente, oficial e dizer que esse Diagnóstico diante da aprovação, está aprovado pela plenária? Então vamos para as propostas, né? Obrigada. Então declaro a segunda audiência do Plano Diretor de Luís Gomes encerrada. E por favor, venham aqui pra frente, vamos tirar uma foto oficial.”

4. ENCAMINHAMENTOS

- Encaminhamento das demandas e questionamentos referentes ao Diagnóstico do PDMP de Luís Gomes/RN pela equipe da CMT Engenharia Ambiental;
- Divulgação oficial da data para a realização da 3ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes, que terá como pauta a discussão e validação das Propostas do PDMP de Luís Gomes/RN.

5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 01: Momento do credenciamento da população luis-gomense, no salão paroquial da Igreja Matriz, para a 2ª Audiência Pública do PDMP de Luís Gomes/RN. (14/06/2024).



Foto 02: Mobilizadora social e mestre de cerimônias da 2ª Audiência Pública do PDMP, no salão paroquial da Igreja Matriz, em Luís Gomes/RN. (14/06/2024).



5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 03: Apresentação cultural da Quadrilha Junina 'Juninart', abertura da 2ª Audiência Pública, no salão paroquial em Luís Gomes/RN. (14/06/2024).



Foto 04: Coordenadora Camila Andrade, 2ª Audiência Pública do PDMP, em Luís Gomes/RN. (14/06/2024).



Foto 05: Munição durante a 2ª Audiência Pública, no salão paroquial da Igreja Matriz em Luís Gomes/RN. (14/06/2024).



Foto 06: Engª. Rhafisa Guimarães, 2ª Audiência Pública do PDMP no Salão Paroquial da Igreja Matriz em Luís Gomes/RN. (14/06/2024).



Foto 07: Momento da apresentação do geógrafo do João Antônio, 2ª Audiência Pública do PDMP no salão paroquial da Igreja Matriz em Luís Gomes/RN (14/06/2024).



Foto 08: Momento de fala da cidadã luís-gomense, Maria Aparecida Fernandes, durante a 2ª Audiência Pública do PDMP no salão paroquial da Igreja Matriz em Luís Gomes/RN (14/06/2024).





5. REGISTROS FOTOGRÁFICOS



Foto 09: Apresentação do arquiteto e urbanista Klinton Mello durante a 2ª Audiência Pública do PDMP, no salão paroquial da Igreja Matriz em Luís Gomes/RN em (14/05/2024).



Foto 10: Ozandir Frazão, eng. sanitaria e ambiental, durante apresentação na 2ª Audiência Pública do PDMP no salão paroquial da Igreja Matriz em Luís Gomes/RN. (14/06/2024).



Foto 11: Momento da fala do cidadão luís-gomense, Eginaldo da Silva, morador do sítio Lagoa do Mato, na 2ª Audiência Pública do PDMP em Luís Gomes/RN. (14/04/2024).



Foto 12: Fotografia oficial com os participantes da 2ª Audiência Pública do PDMP de Luís Gomes, realizada no salão paroquial da cidade de Luís Gomes/RN em (14/06/2024).





6. ANEXOS

RAMAL DO APODI **LISTA DE PARTICIPANTES**

Data: 24/06/24 Local: *Sala de Reunião do Grupo de Trabalho do PDM* Objetivo: *Audiência Pública do PDM de Luís Gomes / RJ*

NOME	INSCRIÇÃO/IDADE	EMAIL	TEL/FONE
<i>Divina Dantas Silva Sávio</i>			
<i>Renata Gomes e Santos</i>			
<i>Amélia Alves da Silva Reis</i>			
<i>Fernando Gomes de Oliveira</i>			
<i>Luana Kelly Campos Pinheiro</i>			
<i>Marcia Silva de Souza Mendes</i>			
<i>Keila Maria Moreira</i>			
<i>Luiz Gonzaga Ferreira</i>			
<i>Luiz Carlos de Castro</i>			
<i>Márcia Tereza da Silva</i>			
<i>Luiz Carlos de Souza de Araújo</i>			
<i>Maria Tereza da Silva</i>			
<i>Alexandre Rodrigues da Silva</i>			
<i>Francis Martins de Bast</i>			
<i>Alvo de Medeiros dos Santos Silva</i>			
<i>Luzia Juarez da Silva</i>			
<i>José Rildo Soares</i>			

Digitizado com CamScanner





6. ANEXOS

RAMAL DO APODI **LISTA DE PARTICIPANTES** **CMT ambiental** **RAMAL DO APODI**

Data: 24/06/24 Local: Sala Paroquial do Temp. Matriz de São Ysmar/2024 Objetivo: Audiência Pública do POMP de Luís Gomes/RN

NOME	INSTITUIÇÃO/OCUPAÇÃO	EMAIL	TELEFONE
Júlio José da Silva			
José Antônio de Almeida			
Walter F. Pereira Costa			
Ademirton Gomes da Souza			
Edson F. de Carvalho			
Mauro Luiz Barros			
Cláudio Gabriel Costa da Silva			
Luiz Carlos da Silva			
Isabel Maria Maciel			
Reginaldo José Silva			
Roberto Wagner O. Fernandes			
Yana Kellen de A. Farias			
Caroline B.G. de Araújo			
Gláucia Maria da Silva			
João Luiz dos Santos Pereira			
William José Vieira			
Francisco de S. Rodrigues			

Digitizado com CamScanner





6. ANEXOS

RAMAL DO APODI **LISTA DE PARTICIPANTES**

Data: 11/06/24 Local: Sala Paroquial de Igreja matriz de Luís Gomes RN Objetivo: Comissão Pública do Povoado Luís Gomes PRM

NOME	INSTITUCIONAL/LOCALIDADE	EMAIL	TELEFONE
Maria Wilke Barbosa Cavalcanti F.			
Francisco de Assis Borges			
Turley José Fernandes			
Maria Eduarda da Silva			
Francisco Aquino de Sousa			
Maria de Fátima Alexandre			
Adriano de Oliveira			
Maria Aida da Silva			
José Maurício dos Santos Saug			
Alana Anderson J. da S. Araújo			
Roberto Neto de Oliveira			
Carlos Eduardo de Araújo Junior			
Carina Lourenço da Silva			
Talita Nogueira Amorim			
Mariana Silva Nunes			
Ribeiro Patrícia da Silva Lima			
MARIA DAS GRAÇAS DE TEIXEIRA ALVES			

Vertical text on the left: Digitalizado com CamScanner





7. ANEXOS

Anexo II. *Link do Vídeo, na íntegra, da 2ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal Participativo de Luís Gomes/RN.*
<https://drive.google.com/drive/folders/1ruGoAR54Pr1HBcdGtRfrjRW8nFsd35kN>



COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO DO EXTRATO DA DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE 2024.07.03.0001ININ

Certifico para os devidos fins, que foi publicado no quadro de aviso e publicações dessa Municipalidade o extrato referente à declaração de inexigibilidade de licitação 2024.07.03.0001ININ, referente ao processo administrativo para contratação direta da empresa exclusiva BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, para produção e apresentação da BANDA BRASAS DO FORRÓ, com duração de 1h30min a qual será realizada no Complexo Turístico Mirante Alto Serrano, no dia 21 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas a "9ª CAVALGADA E ROMARIA SENHORA SANTANA, COMITIVA CAVALEIROS DA AMIZADE" do município de Luis Gomes/RN, que deverá ser firmado entre a Prefeitura Municipal de Luís Gomes e a empresa exclusiva BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 03.657.268/0001-99, com sede na Rua Siqueira Campos, Nº 409, Sala 02, Siqueira, CEP Nº 61.923-115 na cidade de Maracanaú/CE, neste ato representada pelo Sr. Francisco Ivanilson Tavares Moreira, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de bens, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 022.785.363-62, Cédula de Identidade Nº 2004002091368 – SSP/CE e Carteira Nacional de Habilitação Nº 06020871054, espedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado do Ceará – DETRAN/CE, residente e domiciliado na Rua Serra do Mar, Nº 2, Parque Luzardo Viana, CEP Nº 61.910-493 na cidade de Maracanaú/CE.

Luís Gomes/RN, 06 de julho de 2024

Cleiedson Ismael
Presidente da CEL

TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONECIMENTO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ART. 4º, PARAGRAFO ÚNICO C/C O ART. Art. 72 da Lei nº 14.133/2021; SUMULA Nº 07 – TCE/RN E ART. 10, VII, "B" - 4, DA RESOLUÇÃO Nº 028/2020-TCE/RN.

O Prefeito Municipal de Luís Gomes/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o incomensurável interesse público; considerando, também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico apenso, RATIFICA o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.03.0001ININ, destinada à contratação direta da empresa exclusiva BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 03.657.268/0001-99, com sede na Rua Siqueira Campos, Nº 409, Sala 02, Siqueira, CEP Nº 61.923-115 na cidade de Maracanaú/CE, neste ato representada pelo Sr. Francisco Ivanilson Tavares Moreira, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de bens, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 022.785.363-62, Cédula de Identidade Nº 2004002091368 – SSP/CE e Carteira Nacional de Habilitação Nº 06020871054, espedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado do Ceará – DETRAN/CE, residente e domiciliado na Rua Serra do Mar, Nº 2, Parque Luzardo Viana, CEP Nº 61.910-493 na cidade de Maracanaú/CE, para produção e apresentação da BANDA BRASAS DO FORRÓ, com duração de 1h30min a qual será realizada no Complexo Turístico Mirante Alto Serrano, no dia 21 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas a "9ª CAVALGADA E ROMARIA SENHORA SANTANA, COMITIVA CAVALEIROS DA AMIZADE" do município de Luis Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, com fundamentação legal nas disposições do Art. 72 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, cujo valor contratual global é de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais.

A despesa correrá à conta dos recursos financeiros oriundos de receitas provenientes do Tesouro Municipal, através da Unidade Orçamentária Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 31 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

Luís Gomes/RN, 10 de julho de 2024

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes/RN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.03.0001ININ

DA HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito Municipal de Luís Gomes, Carlos Augusto de Paiva, no uso de suas atribuições, considerando o parecer da Comissão Especial de Licitação e parecer jurídico em apenso, estando devidamente cumpridas as formalidades concernentes a ratificação resolve: HOMOLOGAR o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2024.07.03.0001ININ, nos seguintes termos:

DO OBJETO: Constitui Objeto da Presente Licitação: A contratação exclusiva da empresa BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 03.657.268/0001-99, com sede na Rua Siqueira Campos, Nº 409, Sala 02, Siqueira, CEP Nº 61.923-115 na cidade de Maracanaú/CE, para produção e apresentação da BANDA BRASAS DO FORRÓ, com duração de 1h30min a qual será realizada no Complexo Turístico Mirante Alto Serrano, no dia 21 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas a "9ª CAVALGADA E ROMARIA SENHORA SANTANA, COMITIVA CAVALEIROS DA AMIZADE" do município de Luis Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, conforme especificações e quantitativos constantes da Solicitação de Licitação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente homologação é decorrente da licitação na modalidade Processo Administrativo Nº 2024.07.03.0001.001, realizada com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 em sua atual redação e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

LICITANTE VENCEDORA 01: BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 03.657.268/0001-99, com sede na Rua Siqueira Campos, Nº 409, Sala 02, Siqueira, CEP Nº 61.923-115 na cidade de Maracanaú/CE, neste ato representada pelo Sr. Francisco Ivanilson Tavares Moreira, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de bens, empresário, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 022.785.363-62, Cédula de Identidade Nº 2004002091368 – SSP/CE e Carteira Nacional de Habilitação Nº 06020871054, espedida pelo Departamento Nacional de Trânsito do Estado do Ceará – DETRAN/CE, residente e domiciliado na Rua Serra do Mar, Nº 2, Parque Luzardo Viana, CEP Nº 61.910-493 na cidade de Maracanaú/CE, que sagrou-se vencedora do único item, Totalizando a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais).

Gabinete do Prefeito em 10 de julho de 2024.

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes-RN

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES
Ano XIX – Edição Nº 2.217– Quinta-feira, 25 de julho de 2024

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.03.0001.001
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.03.0001IN

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
CONTRATADO: BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA

DO OBJETIVO: Constitui objeto da presente Contratação: A contratação exclusiva da empresa BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 03.657.268/0001-99, com sede na Rua Siqueira Campos, Nº 409, Sala 02, Siqueira, CEP Nº 61.923-115 na cidade de Maracanaú/CE, para produção e apresentação da BANDA BRASAS DO FORRÓ, com duração de 1h30min a qual será realizada no Complexo Turístico Mirante Alto Serrano, no dia 21 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas a “9ª CAVALGADA E ROMARIA SENHORA SANTANA, COMITIVA CAVALEIROS DA AMIZADE” do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação encontra fundamentação legal nas disposições do art. 74, II da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, objetivando obter a melhor proposta para administração municipal de Luís Gomes/RN.

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, que será no dia 21 de julho de 2024, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais obrigatórias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 31 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

DA PUBLICIDADE: Será dada a necessária publicidade ao instrumento contratual no Diário Oficial do município de Luís Gomes, site www.douluisgomesrn.com.br, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Luís Gomes/RN, site www.luisgomes.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, condicionada a publicação na imprensa oficial e vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante as disposições, da Lei Federal nº 14.133/21, em sua atual redação.

Luís Gomes/RN, 17 de julho de 2024.

ASSINANTES:
Carlos Augusto de Paiva - CONTRATANTE
BRASAS DO FORRÓ COMERCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL LTDA – CONTRATADA

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.08.0002.001
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.08.0002DL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
CONTRATADO: FRANCISCO LINDOGLACIO DE AQUINO ALMEIDA - ME

OBJETIVO: Constitui objeto da presente Contratação: A contratação de empresa especializada para locação de veículo tipo mini trio elétricos para animação das festividades alusivas durante o mês de julho de 2024, deste município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual, Exercício de 2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato é decorrente da Dispensa de Licitação Nº 2024.07.08.0002DL, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133/21 em sua atual redação e da Resolução nº 028/2020 do TCE/RN.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), a ser pago de acordo com a execução dos serviços, deduzidas as contribuições previdenciárias fiscais obrigatórias.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024: 2 - Município de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 - GABINETE DO PREFEITO 13 - Cultura - 392 - Difusão Cultural - 2003 - ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL - 2.33 - APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 31 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – 15000000 RECURSOS ORDINÁRIOS, Recursos não Vinculados de Impostos, consoante as disposições da Lei nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, condicionada a publicação na imprensa oficial e vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante as disposições dos artigos Art. 105 e Art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua atual redação.

Luís Gomes/RN, 15 de julho de 2024.

ASSINANTES:
Carlos Augusto de Paiva - CONTRATANTE
FRANCISCO LINDOGLACIO DE AQUINO ALMEIDA - ME

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONECIMENTO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ART. 4º, PARAGRAFO ÚNICO C/C O ART. Art. 72 da Lei nº 14.133/2021; SUMULA Nº 07 – TCE/RN E ART. 10, VII, “B” - 4, DA RESOLUÇÃO Nº 028/2020-TCE/RN.

O Prefeito Municipal de Luís Gomes/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o incomensurável interesse público; considerando, também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico apenso, RATIFICA o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0001IN, destinada à contratação direta da empresa exclusiva MK DE LIMA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.714.779/0001-29, com sede na Rua Tome V Baxio, SN, Zona Rural, CEP Nº 63.470-000,

na cidade de Ererê/CE, neste ato representada pela Sra. MARIA KALIDIANE DE LIMA, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade sob o Nº 56.550.020-X – SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 103.476.934-07, residente e domiciliado na Rua Tome V Baxio, SN, Zona Rural, CEP Nº 63.470-000 na cidade de Ererê/CE, para produção e apresentação de GRACINALDA E FARRA DE BACANA, com duração de 2h30min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, com fundamentação legal nas disposições do Art. 72 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, cujo valor contratual global é de R\$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais.

A despesa correrá à conta dos recursos financeiros oriundos de receitas provenientes do Tesouro Municipal, através da Unidade Orçamentária Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 31 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

Luís Gomes/RN, 22 de julho de 2024

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes/RN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0001IN

DA HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito Municipal de Luís Gomes, Carlos Augusto de Paiva, no uso de suas atribuições, considerando o parecer da Comissão Especial de Licitação e parecer jurídico em apenso, estando devidamente cumpridas as formalidades concernentes a ratificação resolve: HOMOLOGAR o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2024.07.18.0001IN, nos seguintes termos:

DO OBJETO: Constitui Objeto da Presente Licitação: A contratação exclusiva da empresa MK DE LIMA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.714.779/0001-29, com sede na Rua Tome V Baxio, SN, Zona Rural, CEP Nº 63.470-000, na cidade de Ererê/CE, para produção e apresentação de GRACINALDA E FARRA DE BACANA, com duração de 2h30min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, conforme especificações e quantitativos constantes da Solicitação de Licitação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente homologação é decorrente da licitação na modalidade Processo Administrativo Nº 2024.07.18.0001.001, realizada com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 em sua atual redação e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

LICITANTE VENCEDORA 01: MK DE LIMA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.714.779/0001-29, com sede na Rua Tome V Baxio, SN, Zona Rural, CEP Nº 63.470-000, na cidade de Ererê/CE, neste ato representada pela Sra. MARIA KALIDIANE DE LIMA, brasileira, solteira, empresária, portadora da Cédula de Identidade sob o Nº 56.550.020-X – SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 103.476.934-07, residente e domiciliado na Rua Tome V Baxio, SN, Zona Rural, CEP Nº 63.470-000 na cidade de Ererê/CE, que sagrou-se vencedora do único item, Totalizando a importância de R\$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais).

Gabinete do Prefeito em 22 de julho de 2024.

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes-RN

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0001.001 **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0001IN**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
CONTRATADO: MK DE LIMA - ME

DO OBJETIVO: Constitui objeto da presente Contratação: A contratação exclusiva da empresa MK DE LIMA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 34.714.779/0001-29, com sede na Rua Tome V Baxio, SN, Zona Rural, CEP Nº 63.470-000, na cidade de Ererê/CE, para produção e apresentação de GRACINALDA E FARRA DE BACANA, com duração de 2h30min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação encontra fundamentação legal nas disposições do art. 74, II da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, objetivando obter a melhor proposta para administração municipal de Luís Gomes/RN.

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, que será no dia 26 de julho de 2024, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais obrigatórias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 31 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

DA PUBLICIDADE: Será dada a necessária publicidade ao instrumento contratual no Diário Oficial do município de Luís Gomes, site www.douluisgomesrn.com.br, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Luís Gomes/RN, site www.luisgomes.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, condicionada a publicação na imprensa oficial e vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante as disposições, da Lei Federal nº 14.133/21, em sua atual redação.

Luís Gomes/RN, 23 de julho de 2024.

ASSINANTES:

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES
Ano XIX – Edição Nº 2.217– Quinta-feira, 25 de julho de 2024

Carlos Augusto de Paiva - CONTRATANTE
MK DE LIMA - ME – CONTRATADA

TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONECIMENTO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ART. 4º, PARAGRAFO ÚNICO C/C O ART. Art. 72 da Lei nº 14.133/2021; SUMULA Nº 07 – TCE/RN E ART. 10, VII, “B” - 4, DA RESOLUÇÃO Nº 028/2020-TCE/RN.

O Prefeito Municipal de Luís Gomes/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o incomensurável interesse público; considerando, também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico apenso, RATIFICA o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0002IN, destinada à contratação direta da empresa exclusiva BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.809.891/0001-61, com sede na Rua José Barbosa, Nº 465-B, 1 Andar, Sala 06, Centro, CEP Nº 58.915-000, na cidade de Uiraúna/PB, neste ato representada pelo Sr. JUBERVAN ANTONIO DE MORAIS, brasileiro, empresário, casado sob o regime da Comunhão Parcial de Bens, Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o Nº 299.956.588-79, portador da Carteira de Identidade Nº 362617168, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Nonato, Nº 454, Térreo, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP 58.915- 000, na cidade de Uiraúna - PB, para produção e apresentação com a BANDA BONDE DO BRASIL, com duração de 1h20min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, com fundamentação legal nas disposições do Art. 72 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, cujo valor contratual global é de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais. A despesa correrá à conta dos recursos financeiros oriundos de receitas provenientes do Tesouro Municipal, através da Unidade Orçamentária Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 31 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

Luís Gomes/RN, 22 de julho de 2024

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes/RN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0002IN

DA HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito Municipal de Luís Gomes, Carlos Augusto de Paiva, no uso de suas atribuições, considerando o parecer da Comissão Especial de Licitação e parecer jurídico em apenso, estando devidamente cumpridas as formalidades concernentes a ratificação resolve: HOMOLOGAR o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2024.07.18.0002IN, nos seguintes termos:

DO OBJETO: Constitui Objeto da Presente Licitação: A contratação exclusiva da empresa BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.809.891/0001-61, com sede na Rua José Barbosa, Nº 465-B, 1 Andar, Sala 06, Centro, CEP Nº 58.915-000, na cidade de Uiraúna/PB, para produção e apresentação com a BANDA BONDE DO BRASIL, com duração de 1h20min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, conforme especificações e quantitativos constantes da Solicitação de Licitação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente homologação é decorrente da licitação na modalidade Processo Administrativo Nº 2024.07.18.0002.002, realizada com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 em sua atual redação e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

LICITANTE VENCEDORA 01: BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.809.891/0001-61, com sede na Rua José Barbosa, Nº 465-B, 1 Andar, Sala 06, Centro, CEP Nº 58.915-000, na cidade de Uiraúna/PB, neste ato representada pelo Sr. JUBERVAN ANTONIO DE MORAIS, brasileiro, empresário, casado sob o regime da Comunhão Parcial de Bens, Inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o Nº 299.956.588-79, portador da Carteira de Identidade Nº 362617168, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP/SP, residente e domiciliado na Rua João Nonato, Nº 454, Térreo, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, CEP 58.915- 000, na cidade de Uiraúna - PB, que sagrou-se vencedora do único item, Totalizando a importância de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

Gabinete do Prefeito em 22 de julho de 2024.

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes-RN

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0002.001
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0002IN

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
CONTRATADO: BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP

DO OBJETIVO: Constitui objeto da presente Contratação: A contratação exclusiva da empresa BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 16.809.891/0001-61, com sede na Rua José Barbosa, Nº 465-B, 1 Andar, Sala 06, Centro, CEP Nº 58.915-000, na cidade de Uiraúna/PB, para produção e apresentação com a banda BONDE DO BRASIL, com duração de 2h30min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação encontra fundamentação legal nas disposições do art. 74, II da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, objetivando obter a melhor proposta para administração municipal de Luís Gomes/RN.

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, que será no dia 26 de julho de 2024, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais obrigatórias.

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES
Ano XIX – Edição Nº 2.217– Quinta-feira, 25 de julho de 2024

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 31 - 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

DA PUBLICIDADE: Será dada a necessária publicidade ao instrumento contratual no Diário Oficial do município de Luís Gomes, site www.douluisgomesrn.com.br, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Luís Gomes/RN, site www.luisgomes.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, condicionada a publicação na imprensa oficial e vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante as disposições, da Lei Federal nº 14.133/21, em sua atual redação.

Luís Gomes/RN, 23 de julho de 2024.

ASSINANTES:

Carlos Augusto de Paiva - CONTRATANTE

BONDE DO BRASIL PROMOÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA - EPP – CONTRATADA

TERMO DE RATIFICAÇÃO E RECONECIMENTO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ART. 4º, PARÁGRAFO ÚNICO C/C O ART. Art. 72 da Lei nº 14.133/2021; SUMULA Nº 07 – TCE/RN E ART. 10, VII, “B” - 4, DA RESOLUÇÃO Nº 028/2020-TCE/RN.

O Prefeito Municipal de Luís Gomes/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o incomensurável interesse público; considerando, também, as conclusões formalmente motivadas no Parecer Jurídico apenso, RATIFICA o ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0003IN, destinada à contratação direta de EDSON FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, profissional liberal, Pessoa Física inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº 077.368.404-23, portador da Cédula de Identidade Nº 002.233.207, SSP/RN, residente e domiciliado no Sítio Cajueiro, S/N, Zona Rural, CEP Nº 59.940-000, nesta cidade de Luís Gomes/RN, para produção e apresentação de EDSON GUIA, com duração de 2h30min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, com fundamentação legal nas disposições do Art. 72 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, cujo valor contratual global é de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais.

A despesa correrá à conta dos recursos financeiros oriundos de receitas provenientes do Tesouro Municipal, através da Unidade Orçamentária Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 30 - 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

Luís Gomes/RN, 22 de julho de 2024

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes/RN

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0003IN

DA HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito Municipal de Luís Gomes, Carlos Augusto de Paiva, no uso de suas atribuições, considerando o parecer da Comissão Especial de Licitação e parecer jurídico em apenso, estando devidamente cumpridas as formalidades concernentes a ratificação resolve: HOMOLOGAR o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 2024.07.18.0003IN, nos seguintes termos:

DO OBJETO: Constitui Objeto da Presente Licitação: A contratação exclusiva de EDSON FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, profissional liberal, Pessoa Física inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº 077.368.404-23, portador da Cédula de Identidade Nº 002.233.207, SSP/RN, residente e domiciliado no Sítio Cajueiro, S/N, Zona Rural, CEP Nº 59.940-000, nesta cidade de Luís Gomes/RN, para produção e apresentação de EDSON GUIA, com duração de 2h30min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024, conforme especificações e quantitativos constantes da Solicitação de Licitação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente homologação é decorrente da licitação na modalidade Processo Administrativo Nº 2024.07.18.0003.003, realizada com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 em sua atual redação e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

LICITANTE VENCEDORA 01: EDSON FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, profissional liberal, Pessoa Física inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº 077.368.404-23, portador da Cédula de Identidade Nº 002.233.207, SSP/RN, residente e domiciliado no Sítio Cajueiro, S/N, Zona Rural, CEP Nº 59.940-000, nesta cidade de Luís Gomes/RN, que sagrou-se vencedora do único item, Totalizando a importância de R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais).

Gabinete do Prefeito em 22 de julho de 2024.

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes-RN

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0003.001

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0003IN

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN

CONTRATADO: EDSON FRANCISCO VIEIRA DA SILVA

DO OBJETIVO: Constitui objeto da presente Contratação: A contratação exclusiva de EDSON FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, profissional liberal, Pessoa Física inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física sob o nº 077.368.404-23, portador da Cédula de Identidade Nº

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LUÍS GOMES
Ano XIX – Edição Nº 2.217– Quinta-feira, 25 de julho de 2024

002.233.207, SSP/RN, residente e domiciliado no Sítio Cajueiro, S/N, Zona Rural, CEP Nº 59.940-000, nesta cidade de Luís Gomes/RN, para produção e apresentação de EDSON GUITA, com duração de 2h30min a qual será realizada em praça pública no dia 26 de julho de 2024, por ocasião das festividades alusivas ao Encontro de Luisgomenses do município de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - exercício 2024.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente contratação encontra fundamentação legal nas disposições do art. 74, II da Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, em sua atual redação e demais legislação pertinente em vigor e nos termos do processo administrativo, objetivando obter a melhor proposta para administração municipal de Luís Gomes/RN.

DO VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais), que serão pagos em uma única parcela logo após a execução dos serviços, que será no dia 26 de julho de 2024, deduzidas as obrigações previdenciárias e fiscais obrigatórias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024: 2 – Prefeitura Municipal de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2001 – GABINETE 13 – Cultura - 392 – Difusão Cultural – 2003 – ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.33 – APOIO AS FESTAS TRADICIONAIS 30 - 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física 15000000 - Recursos Ordinários, consoantes as disposições da Lei Municipal nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

DA PUBLICIDADE: Será dada a necessária publicidade ao instrumento contratual no Diário Oficial do município de Luís Gomes, site www.douluisgomesrn.com.br, Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, site www.femurn.org.br e no Diário Oficial do Município de Luís Gomes/RN, site www.luisgomes.rn.gov.br e no Mural da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN.

DA VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, condicionada a publicação na imprensa oficial e vigorará até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante as disposições, da Lei Federal nº 14.133/21, em sua atual redação.

Luís Gomes/RN, 23 de julho de 2024.

ASSINANTES:

Carlos Augusto de Paiva - CONTRATANTE

EDSON FRANCISCO VIEIRA DA SILVA – CONTRATADO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 2024.07.18.0005DL

RECONHEÇO a dispensa de Licitação fundamentada no Art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021 de 21 de julho de 1993, e suas atualizações posteriores e em consonância com o parecer jurídico acostado aos autos, para a contratação da empresa RODRIGUES & SARMENTO LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direto Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 10.698.765/0001-09, Inscrição Estadual 20.219.167-2, com sede Rua José Moreira do Nascimento, Nº 591, Lote 1, Quadra 53, Lote 1, Centro, CEP Nº 59.955-000, na cidade de Tenente Ananias/RN, neste ato representada pelo Sr. JOSE TADEU RODRIGUES SARMENTO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade Nº 381.980 SSP/PB e CPF nº 130.228.224-72, Carteira Nacional de Habilitação Nº 02994658543 – DETRAN/RN, residente na Rua José Pereira Nº 45, Centro, CEP Nº 59955-000, na cidade de Tenente Ananias/RN, na condição de Representante Legal, para locação, instalação, manutenção, prevenção de câmeras e equipamentos com licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN, com recursos consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual, Exercício 2024, conforme especificações e quantitativos constantes da solicitação de despesa em anexo aos autos do processo.

RATIFICO, a Dispensa de Licitação nº 2024.07.18.0005DL, em razão do que dispõe o caput do art. 3 da Lei Nacional nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Despacho do Ilmo. Sr. Presidente da Comissão de Licitação.

Luís Gomes - RN, 22 de julho de 2024.

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito Municipal de Luís Gomes-RN

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN, em cumprimento à ratificação procedida pelo Ilmo. Sr. Carlos Augusto de Paiva, Prefeito, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de locação, instalação, manutenção, prevenção de câmeras e equipamentos com licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN, com recursos consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual, Exercício 2024, conforme especificações e quantitativos constantes da Solicitação de Licitação.

CONTRATADO: RODRIGUES & SARMENTO LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direto Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 10.698.765/0001-09, Inscrição Estadual 20.219.167-2, com sede Rua José Moreira do Nascimento, Nº 591, Lote 1, Quadra 53, Lote 1, Centro, CEP Nº 59.955-000, na cidade de Tenente Ananias/RN, neste ato representada pelo Sr. JOSE TADEU RODRIGUES SARMENTO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade Nº 381.980 SSP/PB e CPF nº 130.228.224-72, Carteira Nacional de Habilitação Nº 02994658543 – DETRAN/RN, residente na Rua José Pereira Nº 45, Centro, CEP Nº 59955-000, na cidade de Tenente Ananias/RN, na condição de representante Legal.

VALOR TOTAL R\$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inc. II da Lei 14.133/2021 e alterações posteriores que lhe foram introduzidas. Portaria 1.857/2020

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Excelentíssimo Senhor Carlos Augusto de Paiva, Prefeito.

Luís Gomes - RN, 22 de julho de 2024.

Cleiedson Ismael
Presidente da CEL

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0005DL

DA HOMOLOGAÇÃO: O Prefeito Municipal de Luís Gomes, Carlos Augusto de Paiva, no uso de suas atribuições, considerando o parecer da Comissão Especial de Licitação e parecer jurídico em apenso, estando devidamente cumpridas as formalidades concernentes a ratificação resolve: HOMOLOGAR o Processo de Dispensa de Licitação nº 2024.07.18.0005DL, nos seguintes termos:

DO OBJETO: Constitui Objeto da Presente Licitação: A contratação de serviços de locação, instalação, manutenção, prevenção de câmeras e equipamentos com licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual - Exercício 2024, conforme especificações e quantitativos constantes da Solicitação de Licitação.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente homologação é decorrente da licitação na modalidade Processo Administrativo Nº 2024.07.18.0005.005, realizada com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 em sua atual redação e Resolução Nº 028/2020 – TCE/RN.

LICITANTE VENCEDORA 01: RODRIGUES & SARMENTO LTDA - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 10.698.765/0001-09, Inscrição Estadual 20.219.167-2, com sede Rua José Moreira do Nascimento, Nº 591, Lote 1, Quadra 53, Lote 1, Centro, CEP Nº 59.955-000, na cidade de Tenente Ananias/RN, neste ato representada pelo Sr. JOSE TADEU RODRIGUES SARMENTO, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade Nº 381.980 SSP/PB e CPF nº 130.228.224-72, Carteira Nacional de Habilitação Nº 02994658543 – DETRAN/RN, residente na Rua José Pereira Nº 45, Centro, CEP Nº 59955-000, na cidade de Tenente Ananias/RN, na condição de Representante Legal, que sagrou-se vencedora dos itens, Totalizando a importância de R\$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais).

Gabinete do Prefeito em 23 de julho de 2024.

Carlos Augusto de Paiva
Prefeito de Luís Gomes-RN

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 2024.07.18.0005.001
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2024.07.18.0005DL

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
CONTRATADO: RODRIGUES & SARMENTO LTDA - ME

OBJETIVO: Constitui objeto da presente Contratação: A contratação de serviços de locação, instalação, manutenção, prevenção de câmeras e equipamentos com licença de monitoramento e serviços de armazenamento de imagens, a fim de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN, com recursos próprios consignados na LOA - Lei Orçamentária Anual, Exercício de 2024.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato é decorrente da Dispensa de Licitação Nº 2024.07.18.0005DL, realizada com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133/21 em sua atual redação e da Resolução nº 028/2020 do TCE/RN.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais), que será pago em 06 (seis) parcelas mensais no valor de R\$ 8.000,00 (Oito Mil Reais), de acordo com a execução dos serviços, nos termos da Ordem de Serviço expedida pela Gestão Municipal de Luís Gomes/RN e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Exercício 2024: 2 - Município de Luís Gomes 2000 - PODER EXECUTIVO 2002 - SEC.MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 4 – Administração - 122 - Administração Geral - 2.4 - MANUT. ATIVIDADE - SEMAD 49 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – 15000000 RECURSOS ORDINÁRIOS, consoante as disposições da Lei nº 600/2023 - LOA - Lei Orçamentária Anual.

VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor a partir da data de sua assinatura, condicionada a publicação na imprensa oficial e vigorará por 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante as disposições dos artigos Art. 105 e Art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua atual redação.

Luís Gomes/RN, 24 de julho de 2024.

ASSINANTES:
Carlos Augusto de Paiva - CONTRATANTE
RODRIGUES & SARMENTO LTDA - ME – CONTRATADA

PODER LEGISLATIVO

Sem matéria para esta edição.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

SERVIÇO NOTARIA E REGISTRAL DA COMARCA DE LUÍS GOMES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS

A Oficiala do Serviço Notarial e Registral de Luís Gomes-RN, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe o art. 216 – A, §4º da LRP c/c art. 9º provimento 145 de 11/03/2016 da CGJ/RN etc.

FAZ SABER a todos o presente Edital virem ou dele tornarem conhecimento que tramita, perante este Registro de Imóveis, o procedimento administrativo de USUCAPIÃO DE: MARIA ZILDETE FERNANDES MAIA, brasileira, solteira, auxiliar de serviços gerais, natural de Luís Gomes-RN, nascida aos 20/05/1974, filha de Sebastião Jorge Maia e de Maria Fernandes do Nascimento, portadora da CI/RG. Nº 4.188.428-SESPPC/DF, expedida aos 17/09/2019 e inscrita no CPF/MF Nº. 037.281.804-83, residente e domiciliada na Rua Antônio Augusto Fernandes, nº 99, centro, Luís Gomes-RN, CEP: 59.940-000, sobre o imóvel: Um imóvel residencial, localizado na Rua Antônio Augusto Fernandes, nº 99, centro, Luís Gomes-RN, CEP: 59.940-000, medindo uma área 140m², com os seguintes limites: ao LESTE - com a Rua Antonio Augusto Fernandes; ao OESTE, com o Sr. João Batista Fernandes; ao SUL, com Alexandra Maria da Silva; ao NORTE, com José Valter de Oliveira. Com a DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO- inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ZAAU-P-0001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-39°W, de coordenadas N

9.291.321,75m e E 567.443,79m de altitude 0,00m; deste segue confrontando com a propriedade de RUA ANTONIO AUGUSTO FERNANDES, com azimute de 152°47'16" por uma distância de 7,00m até o vértice ZAAU-P-0002, de coordenadas N 9.291.315,53m e E 567.446,99m de altitude 0,00m; deste segue confrontando com a propriedade de ALEXANDRA MARIA DA SILVA, com azimute de 243°26'48" por uma distância de 20,00m até o vértice ZAAU-P-0003, de coordenadas N 9.291.306,58m e E 567.429,10m de altitude 0,00m; deste segue confrontando com a propriedade de JOÃO BATISTA FERNANDES, com azimute de 332°52'23" por uma distância de 7,01m até o vértice ZAAU-P-0004, de coordenadas N 9.291.312,82m e E 567.425,91m de altitude 0,00m; deste segue confrontando com a propriedade de JOSE VALTER DE OLIVEIRA FARIAS, com azimute 63°28'19" por uma distância de 19,99m até o vértice ZAAU-P-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 54,00 m. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 39 WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Dessa forma, ficam os EVENTUAIS INTERESSADOS de que, no prazo de 15(quinze) dias, contados a partir da data de publicação do presente EDITAL, poderão apresentar, neste Registro de Imóveis, situado à rua Cel. Antônio Fernandes Sobrinho, nº 60, Centro, Luís Gomes-RN, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00h e 13:00 às 16:00h, impugnação ao referido pedido de Usucapião extrajudicial, Advertência: A não manifestação no prazo legal presumir-se-á aceitação. Eu, MÁRCIA MAYSIA MAIA ROCHA, Oficiala deste Registro, digitei e subscrevi, dou fé e assino.

Luís Gomes-RN, 16 de julho de 2024.

Márcia Maysa Maia Rocha
- Oficiala do Registro -

EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES/RN
Endereço: Rua Cel. Antônio Fernandes Sobrinho, Nº 300
Centro- Luís Gomes/RN – CEP 59.940-000

Prefeito Municipal: Carlos Augusto de Paiva
Secretário Mun. de Administração: Feliciano Neto de Oliveira

Imprensa Oficial do Município de Luís Gomes/RN
E-mail: doluisgomes@gmail.com